



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL:
A atuação profissional das assistentes sociais nas Unidades Privadas da Rede
Marista**

Discente: Danielle Aranha Farias

Orientadora: Prof^ª Dra. Adrianyce Angélica S. de Sousa

Brasília-DF

2013

DANIELLE ARANHA FARIAS

EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL:
A atuação profissional das assistentes sociais nas Unidades Privadas da Rede Marista

Brasília-DF
Março
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Presença Divina em mim e a de todos que me inspiraram na execução e finalização deste trabalho maravilhoso.

Minha família amada composta pelos meus pais Leila e Valdemir sempre me apoiando da forma mais sábia e divertida. E minha irmã Giselle e cunhado Gabriel, queridíssimos sempre.

Aos que contribuíram à minha formação acadêmica, especialmente o Grupo de Pesquisa TeDis que possibilitou o contato com este tema tão rico e com transformações reveladoras para o campo das políticas públicas brasileiras. Aos doutorandos, Natália e João Luiz, que no auxílio à finalização de seus trabalhos pude aprender tanto.

Agradeço a todos os funcionários do Departamento de Serviço Social que sempre me deram uma ajuda nas documentações (burocracias chatinhas da UnB...). Pode parecer coisas pequenas, mas sem elas, eu não estaria formada!

À equipe do Marista que me recebeu pacientemente e possibilitou a concretização desta pesquisa.

A todos os meus queridos amigos! Vocês são demaaaais! Mesmo! Aguentaram todas as minhas recusas a convites enquanto estava fazendo a monografia e sempre estiveram comigo nestes cinco anos de Universidade em que entrei com uma perspectiva sobre a vida e sai com outra.

Especial agradecimento a Márcia Avellar que amorosamente apoia, aconselha e está em todos os momentos necessários. Verdadeira companheira e educadora.

Mais uma realização precipitada! Agradeço por isto!

RESUMO

A sistematização do debate acerca do exercício profissional do assistente social na área da educação está em destaque apenas nos últimos anos. Por isso, a produção bibliográfica acerca dessa relação é muito incipiente, tanto na pesquisa em Serviço Social quanto em Educação. Contemporaneamente, a educação é permeada pelos preceitos neoliberais e instiga o debate da importância das assistentes sociais¹ atuando nas instituições educacionais cujo cotidiano representa as expressões da questão social. Este trabalho de conclusão de curso pretende evidenciar quais são as habilidades, competências e atribuições privativas dos profissionais inseridos nas unidades sociais privadas da Rede Marista no Distrito Federal. Esta pesquisa realizou-se por meio de revisão bibliográfica em artigos, teses e livros que tratem do tema e também realizamos aplicação de questionário com quatro assistentes sociais da Rede Marista para perceber como as profissionais definem sua prática nesta rede educacional privada. Assim, o presente trabalho revela as possibilidades de atuação do Serviço Social frente à redução do direito social à educação como direito universal.

Palavras-chave: Projeto ético político; Serviço Social; política educacional; neoliberalismo.

¹ Pela feminização da profissão, a redação do texto faz referência aos profissionais pelo artigo feminino por representar a maioria da categoria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DF – Distrito Federal

EAD – Educação a Distância

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO – Executiva Nacional dos estudantes de Serviço Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Nacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IMAS – Instituto Marista de Assistência Social

IMS – Instituto Marista de Solidariedade

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OBEDUC – Observatório da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional da Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino Americana

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UBEE – União Brasileira de Educação e Ensino

UNBEC – União Norte Brasileira de Educação e Cultura

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura

Sumário

Sumário	7
Introdução	8
Capítulo 1	13
Projeto ético-político profissional: debatendo a concepção de democracia	13
1.1– A concepção de democracia presente no projeto profissional	13
1.2 - A construção do projeto ético político no Serviço Social contemporâneo.....	26
Capítulo 02	32
Educação em tempos de mercantilização.....	32
2.1 – A Educação no contexto neoliberal.....	32
2.2 – O Ensino básico: localizando a particularidade brasileira e distrital.....	40
Capítulo 03	50
Serviço social e Educação.....	50
3.1 – Projeto Ético político e a defesa do Serviço Social na Educação.....	50
3.2 - Particularidade da Educação privada e filantrópica da Rede Marista	57
3.3 – Atribuições, competências e habilidades profissionais: caminhos do Serviço Social na Educação	74
CONCLUSÕES.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	87
APÊNDICES	88
Apêndice 1: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	88
Apêndice 2: Carta de apresentação entregue à Superintendência Educacional da UBEE.....	89
Apêndice 3: Questionário para entrevista com assistentes sociais.....	90

Introdução

Este estudo centra-se na análise da atuação das assistentes sociais na sua inserção como profissional dentro da rede do ensino básico, mas particularmente no ensino privado – Rede Marista, no DF. De maneira ampla, o nosso fio condutor é o fortalecimento do projeto ético político em seus valores democráticos nesta área tão nova em debates e sistematizações acadêmicas, mas antiga em termos de inserção profissional. Então aqui localizamos esta pouca produção sobre esta relação como um dos elementos que demarcam a relevância deste trabalho. A pertinência do debate da educação se desenvolve desde a política educacional e sua conformação neoliberal até a contribuição do profissional de serviço social nas instituições em atendimento aos usuários frente às expressões da questão social.

No momento contemporâneo da profissão do Serviço Social entre as habilidades e competências profissionais do assistente social pode-se destacar as atividades relacionadas à gestão, elaboração, avaliação e implementação das políticas sociais. Dentre elas, a política educacional cujo campo de atuação tem se tornado mais amplo em razão das mudanças no mundo do trabalho que impactam diretamente nas reformas educacionais, seja na dimensão técnica ou ideológica². A educação, no sistema capitalista, tem como finalidade transmitir habilidades e técnicas para a formação de um trabalhador específico. Também engloba a dimensão cultural e ideológica da sociedade, mas com um corte de classe social orientado por um segmento dominante.

² O âmbito técnico refere-se “novas tecnologias de produção e novo perfil do trabalhador” enquanto o ideológico a “formação contínua e adesão ao modelo de contratação temporária e por habilidades” (Almeida, 2000, P. 21)

Após articulações e pressão do movimento de trabalhadores da educação e sociedade civil, em outubro de 2011 tramitou no Congresso Nacional o Projeto de Lei que incorpora ao Plano Nacional da Educação (PNE) (a entrar em vigor neste decênio) a utilização de 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Ainda se defende vinculação de parte dos recursos provenientes da extração da camada pré-sal serem destinados ao financiamento da educação. São debates que representam os conflitos de interesses na eleição das prioridades e no orçamento da política e a capacidade de luta e pressão dos movimentos organizados.

A vertente neoliberal é um fenômeno global, mas com diferentes configurações dependendo da desigualdade socioeconômica do país e da inserção periférica desses países. Conforme o Censo do IBGE de 2010, a desigualdade de renda influencia diretamente o acesso à educação visto que “no primeiro quinto (os 20% mais pobres), somente 32% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade estavam no ensino médio, enquanto no último quinto (20% mais ricos), essa oportunidade atingia quase 78% deste grupo.”

O neoliberalismo foi uma política adotada pós – crise capitalista de 1970 que culminou em medidas governamentais, combinadas às características do sistema capitalista, como a financeirização do capital, reestruturação das relações de trabalho e desregulamentação dos serviços públicos para a privatização, como a educação. (BERTOLDO, 2008). O Estado capitalista não assume a responsabilidade integral na garantia de direitos sociais transferindo a prestação de serviços para o mercado e a sociedade civil, descaracteriza o conceito de direito mercantilizando-o.

Colocadas as condições da política educacional, as possibilidades de atuação do profissional, segundo a literatura, são pautadas por quatro eixos (Almeida *apud*

Moreira, 2012): acesso, permanência, qualidade e gestão. O acesso é perceptível tanto nos processos de trabalho do assistente social no Ensino superior quanto no ensino básico. A contratação de assistentes sociais aumentou no Ensino Superior justificado pelos programas federais Reuni e Prouni, efetivados em 2008, para a concessão de bolsas e criação de programas para a permanência do estudante na universidade. O Serviço social tem sido requisitado em razão da capacidade de executar a análise socioeconômica para a escolha de estudantes segundo os critérios de elegibilidade da legislação e/ou instituição, entretanto ressalta-se que não há recursos humanos e financeiros para elaborar pesquisas ou projetos com a demanda reprimida.

O trabalho na educação básica também inclui a concessão de bolsas de estudo em algumas instituições e estende-se para a área da qualidade da educação, possibilitando a elaboração de projetos para a discussão das questões transversais (sexualidade, cidadania, mudanças no trabalho, violência, drogas e ética) juntamente com a equipe escolar tendo em vista os limites na interação cotidiana com os discentes (Bolorino, 2012).

Esta pesquisa teve como foco as habilidades, competências e atribuições privativas profissionais por reconhecer a importância da educação nos processos e relações sociais e a posição estratégica que o Estado tem assumido frente a esta política de ampliá-la de forma precária. As escolas são um espaço sócio ocupacional que abrange os territórios de todos municípios brasileiros e possibilita a articulação com a rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente (ECA), entretanto pode haver um desvio da função principal da escola, o cunho pedagógico de transmissão de conhecimento (ALGEBAILLE, 2007), tornando primordial a discussão sobre a relação entre o Serviço Social e a educação.

A aproximação com a temática da educação começou em meu primeiro trabalho de pesquisa - coordenado pelo organismo Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA) vinculado a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) - sobre violência e juventude nas escolas públicas do Distrito Federal. Posteriormente, através do Projeto de pesquisa “Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza” que conta com o apoio do Programa Observatório da Educação (OBEDUC) da CAPES – INEP e realizado pelo Grupo de Pesquisa Tedis. Estas experiências propiciaram o entendimento do cotidiano escolar bem como os limites da política educacional brasileira.

Adicionalmente, a experiência de estágio no Tribunal de Justiça do Distrito Federal na 1ª Vara da Infância e Juventude - supervisionado por Denise de Oliveira Alfaiate e Reginaldo Guiraldelli, no campo e na universidade, respectivamente - foi fundamental para compreender as competências profissionais relacionadas à área da infância e juventude e o diálogo com a rede interprofissional e socioassistencial de políticas públicas.

A escolha do espaço sócio-ocupacional baseou-se no número reduzido de instituições educacionais de ensino básico com atuação de assistentes sociais no Distrito Federal. Dentre as escolas privadas no DF, a Rede Marista tem uma cobertura de atuação diversificada e a particularidade da relação com a filantropia – visto o caráter religioso da instituição - o que possibilita uma análise de pesquisa pertinente com o momento da política social contemporânea brasileira.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo analisa a concepção de democracia presente no Projeto Ético Político e o contraponto entre os valores defendidos neste projeto e o ideário liberal que permeia

a organização da sociedade. O segundo capítulo trata de uma análise da política educacional no contexto neoliberal, as conformações norteadas por esta lógica, e especificamente, o ensino básico por ser o nível das unidades sociais da Rede Marista. O último capítulo converge essas duas áreas e traz à tona os debates existentes acerca com a apresentação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Capítulo 1

Projeto ético-político profissional: debatendo a concepção de democracia

1.1- A concepção de democracia presente no projeto profissional

O Serviço Social é uma profissão cuja função social só pode ser compreendida pela contradição entre capital e trabalho. A intervenção profissional se dá em torno das expressões da questão social³, compreendendo-as como parte integrante da relação de compra e venda da força de trabalho. Da produção e reprodução das relações sociais desiguais insurgem as reivindicações dos trabalhadores por direitos, garantia de participação política e melhorias na condição de sobrevivência, em um contexto de respostas estatais afinadas com o poder dominante de produção econômica.

A profissão fundamenta-se na defesa dos direitos sociais, principalmente os que não estão expressos na Constituição Federal e não são considerados ainda como direito nem tampouco promulgados.⁴ As entidades de base da categoria⁵ têm como uma das

3 O termo “questão social” foi empregado para designar o pauperismo, fenômeno resultante do processo de industrialização no século XIX e que conforme demonstra Netto (2004, pág. 42): “[...] a pobreza crescia na razão em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Deste modo, “a gênese da ‘questão social’ na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto á apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2008, pág.156).

⁴ O artigo 6º da CF de 1988 considera como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Entretanto, há frentes de defesa pela ampliação dos direitos da mulher, da expressão da diversidade sexual, direitos reprodutivos, à juventude entre outras camadas da sociedade.

⁵ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A primeira entidade é responsável pela formação profissional em consonância com pesquisa, ensino e extensão; a segunda e terceira instituições são órgãos fiscalizadores do exercício profissional para a garantia da qualidade dos serviços prestados. A última possui um caráter diferente dos órgãos fiscalizadores, é a manifestação da organização das demandas dos estudantes da graduação da área em um exercício de mobilização social.

frentes de trabalho a articulação coletiva juntamente com os trabalhadores para proposição de novos direitos a fim de estabelecer parâmetros diferenciados de inclusão de classes sociais historicamente marginalizadas. Outra frente é a efetivação da participação democrática tendo em vista a retração dos direitos, principalmente os sociais, particularmente na organização política e econômica capitalista.

A categoria profissional possui como diretriz ética valorativa central a liberdade, entendida como a expressão do ser humano pela capacidade de escolha dentro do campo de alternativas postas em um contexto pautado pelas determinações econômico-sociais. Por essa concepção de liberdade a categoria profissional fundamenta a defesa de seus valores como o enfrentamento a manifestações de preconceitos; a rejeição ao autoritarismo e a ampliação da democracia, mas admitida por um viés diferenciado dos princípios liberais de individualismo: valorização ideológica do mercado, meritocracia e competitividade.

O contraponto entre os princípios que se expressam no projeto ético político do Serviço Social e a ideologia dominante do sistema capitalista atribui um caráter político à ação do assistente social. Assim como implementa estratégias pela ampliação da democracia no sentido de ocupar as instituições democráticas existentes visando à transmutação dos direitos trabalhistas e sociais, no momento, limitados. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009)

O processo de reprodução do trabalho gesta as relações sociais que englobam as criações humanas, as formas de reprodução espiritual, como as interações jurídicas, filosóficas e artísticas que propiciam a reflexão e apreensão sobre a realidade e as modificações inerentes ao movimento histórico. Essa dinâmica confere uma manifestação da contradição entre o discurso teórico metodológico da profissão e as

condições sociais que determinam o modo de ação das assistentes sociais. Remete-nos à questão da polêmica conservadora da teoria *versus* prática, a qual resgata as análises unívocas da profissão como obediente ao poder vigente (afinada com as tendências conservadoras da profissão) ou “agente de transformação” capaz de transformar as desigualdades inerentes à reprodução social (tendência do movimento de Reconceituação). (CARVALHO e IAMAMOTO, 1982). A compreensão teórico-metodológica das relações econômicas e capitalistas que permeiam o cotidiano profissional permite a superação deste condicionamento.

No início do século XIX, a aceleração urbana e o desenvolvimento capitalista são fatores para a entrada dos trabalhadores no cenário político para pressionar por um reconhecimento como sujeito coletivo pela consolidação de direitos. O Estado é funcionalizado pela acumulação capitalista e neste sentido expressa os interesses econômicos e políticos dos detentores do modo de produção. Os serviços sociais, neste momento, são artifícios com a conotação de controle coercitivo das lutas operárias visando controlar as taxas de lucro. As investidas estatais colocam-se em um plano estratégico de contingência das crises cíclicas por meio de sistemas de seguridade social e previdência para a manutenção do consumo dos trabalhadores. (NETTO, 2009)

Neste momento, a cidadania⁶ é posta como direitos e serviços sociais direcionados aqueles que não conseguem suprir a capacidade de sobrevivência pela ausência de propriedade de terra ou trabalho. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1982) Entretanto a noção de cidadania compreende o exercício de todos os direitos baseados

⁶ Concepção de T. H. Marshall linear e geracional dos direitos civis, políticos e sociais. Para o teórico cada conjunto de direitos é datado em um momento histórico específico, em uma visão estanque e homogênea, alheia aos conflitos sociais necessários para a conquista. (COUTINHO, 2005 e BEHRING e BOSCHETTI, 2009)

em uma realidade do Estado moderno abarcando os consensos e consentimentos, em uma ordem democrática liberal, e por ora favorecendo também outros segmentos sociais diferentes dos dominantes. A cidadania é a capacidade de “reabsorção dos bens sociais” por um conjunto de pessoas – em outros parâmetros democráticos, a totalidade dos indivíduos – regidos pelas determinações históricas. Não se trata de uma concessão, mas fruto de um posicionamento das classes populares, em uma conquista de “baixo para cima”. (COUTINHO, 2005)

Ao longo de seu desenvolvimento e consolidação o capitalismo – na busca pelo aumento da produção de mais valia – inventou e reinventou as formas de controle e gestão da força de trabalho, particularmente na década de 1970, destacamos um reordenamento da produção que se expressou tanto na organização do trabalho como nas consequências que trouxe para os trabalhadores na flexibilização dos contratos de emprego, aumento da exploração do trabalho, a criação de outras formas de atividades precárias e conseqüentemente a “dispersão do espaço e tempo do trabalho” comprometendo a identidade da classe trabalhadora. (CHAUÍ apud BARROCO, 2011)

Conseqüentemente, a realidade social é analisada de forma “fragmentada” e as relações sociais são “reificadas” pela naturalização de processos de padronização do comportamento dos seres humanos (BARROCO, p. 206, 2011). Os valores da sociedade neoliberal são pautados pela posse da propriedade privada.

A valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o ethos dominante na sociedade contemporânea: sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que — fetichizadas em um espaço imaginário — desmaterializam o mundo real, criando uma segunda vida onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do outro: o eterno empecilho à sua liberdade (Barroco, 2011).

Entendemos que o neoliberalismo traz em si os elementos basilares do liberalismo donde tal como formulado por Jonh Locke todos os indivíduos somente são cidadãos pela sua capacidade de angariar propriedade por meio do trabalho e da inserção no mercado. O indivíduo, sob esta ótica, é o proprietário de si mesmo, capaz de tornar exequível a sua própria liberdade. Discutem-se os ditames de uma igualdade política e o estabelecimento de oportunidades entre os cidadãos, mas a disputa econômica permanece. A racionalidade do individualismo é uma resposta à sociedade industrial emergente na qual a competitividade permeia as relações mercadológicas e interpessoais. (NETTO, 1990)

Pelos pressupostos filosóficos do liberalismo clássico, é inerente à natureza do ser humano o direito à segurança, liberdade e à felicidade, e cabe ao Estado proteger os habitantes. Derivaria, pois, desta relação entre os indivíduos e o Estado, os conceitos do individualismo e contratualismo. Precedente ao poder estatal advém os interesses dos indivíduos com suas necessidades, os quais legitimam a existência ao Estado. A ideia é a existência de um consenso entre governados e o governante para a confirmação da autoridade cuja função é apenas certificar a segurança dos direitos naturais individuais. O fundamento é o Estado liberal súdito dos cidadãos e com limites constitucionais de atuação para não restringir os direitos naturais. O princípio regente é “sem individualismo não há liberalismo.” (BOBBIO, p. 16, 1988)

O “Estado de Direito” delimita as funções estatais e assegura que os direitos naturais singulares sejam preservados de ações despóticas. Os direitos naturais foram positivados, descaracterizando as relações econômico-sociais e estabelecendo a igualdade dos homens perante a lei. Subentende-se a cobertura dos direitos plenamente pelo âmbito jurídico por uma tentativa de equalizar os indivíduos. Dessa forma, a

liberdade está garantida e as tarefas estatais ficam reduzidas; o poder mínimo é mais controlável do que o máximo. (BOBBIO, 1988)

Como contraponto ao liberalismo clássico e sua concepção de individualismo e defesa da propriedade temos a contribuição de Rousseau, um democrata radical. Expõe alguns elementos importantes que serão incorporados no pensamento de Marx onde aquele definia a vontade geral como interesse comum e diferenciava-a da soma das vontades individuais. Foi o primeiro filósofo a defender que a organização social deve se basear na soberania popular, no interesse geral. Segundo este autor, a decadência da sociedade está na propriedade privada e na luta condicionada a partir da geração da desigualdade. Sua teoria se posiciona frontalmente contra o contratualismo liberal por crer que é ilegítimo um acordo entre Estado e sociedade civil tendo em vista a garantia de interesses privados, protege os detentores de propriedade privada, evidenciando o caráter de classe do Estado, antes mesmo de Karl Marx. Contudo, defendia a relação contratual entre sociedade civil e Estado mas com termos distintos dos liberais. A sociedade deve se instituir por um sujeito coletivo que atua pautada nos interesses comuns sempre se privando dos interesses individuais. (COUTINHO, 1994) Há uma escolha feita pelo indivíduo, a vontade geral em detrimento dos interesses individuais.

Uma das limitações indicadas por Coutinho (1994) sobre a concepção democrática de Rousseau é a socialização da produção. Embora se acredite na desigualdade proveniente da apropriação privada da produção, Rousseau concebia que os meios deveriam ser igualitários em um modo mercantil simples. Este modo de produção é incompatível com uma vida política em larga escala que preconiza a abolição das vontades individuais para o bem coletivo, pois a motivação preponderante será os impulsos subjetivos do burguês. Outro fator é a desconsideração da expressão do

pluralismo na sociedade. O filósofo acreditava que pela associação de grupos a verdadeira vontade real seria suprimida por facções de vontades individuais representadas nos grupos, e a democracia não poderia se estabelecer enquanto regime.

Segundo Duriguetto (2011) dentro dos parâmetros liberais há modelos de democracia como o elitista, pluralista democrático, a democracia participativa, a da esfera pública e finalmente a democracia representativa. O modelo elitista foi formulado principalmente pelo teórico Joseph Schumpeter, inspirado na teoria de Max Weber, e defende que o povo escolherá uma elite melhor capacitada para exercer cargos políticos tendo em vista a ineficiência da maioria diante de questões de cunho político, responsabilidade e racionalidade. Então instaura-se o método de revezamento de elites posto que existe uma minoria capacitada para desempenhar as funções políticas reduzindo a democracia a um “método procedimental” (DURIGUETTO, p.292, 2011)

O modelo pluralista admite a democracia como a possibilidade de exercício da opinião de diferentes grupos ou minorias. O Estado é um espaço de concessão dos “recursos de poder” e instituições que correspondam às demandas supondo uma ausência de disputa política. Para que haja democracia é necessária a garantia da expressão das reivindicações tanto no âmbito individual com votos e opinião pública quanto no coletivo por movimentos sociais e partidos políticos. É a incorporação de demandas particulares nas instituições de representação existentes. A democracia participativa defende a participação dos indivíduos nos espaços representativos existentes nacionais, principalmente os locais. E a participação política deve ser uma cultura estabelecida através do cotidiano das escolas, locais de trabalho e moradia visto que a realidade possibilita que o indivíduo “aprenda a democracia” (*ibid*, p. 293, 2011)

A democracia como ampliação da esfera pública é a teoria do alemão Jürgen Habermas que admite uma percepção de sociedade centrada nas estruturas econômicas e burocráticas-administrativas o que ocasionou a redução dos espaços de diálogo e interação sociais participativas. A democracia, para Habermas, é o debate acerca do bem público ao invés da competição pela propriedade privada. Entretanto, não aponta soluções de superação da ordem econômica capitalista ou organização estatal burocrática mas uma conformação a condição vigente através da ampliação de formas de comunicação potencializando a ação comunicativa e criando consensos.

A democracia representativa atual é definida por Norberto Bobbio (1986) como formas governamentais em que as decisões são feitas coletivamente por representação e o Estado é parlamentar, “órgão central (ou central ao menos em nível de princípio, embora nem sempre de fato) ao qual chegam às reivindicações e do qual partem as decisões coletivas fundamentais [...]” (p. 45, 1986) O representante eleito estabelece uma relação de confiança com a sociedade civil de defender os interesses gerais em detrimento dos interesses individuais de categoria haja vista a defesa pelos interesses singulares quando inseridos em uma categoria específica. Ainda aponta que as duas críticas pertinentes ao sistema representativo são a proibição do mandato imperativo – relação fiduciária – que vinculam o representante e o representado no âmbito do direito privado, e a representação dos interesses gerais que pode ser mascarada para o proveito de determinada categoria.

Todos estes modelos tem suas limitações pelos princípios liberais. Segundo Netto (1990) os ordenamentos políticos e as estruturas econômicas tem uma vinculação não necessariamente simbiótica. Determinada estruturação econômica pode comportar um regime fascista quanto um regime que abarque direitos e garantias com a

“fundamentação *jurídica* da liberdade” (p.73, 1990, grifo do autor) A defesa do autor é que no âmbito jurídico, burocrático e administrativo do Estado⁷ se gestam as decisões e mediações políticas que escolhem certo ordenamento político resultante dos embates das lutas de classes e contradições. Tais ordenamentos se adaptam a estrutura econômica vigente de forma a não ameaçar o sistema de acumulação privada de capital e manter apenas no campo dos mecanismos constitucionais e jurídico-formais a garantia de direitos para a continuidade do desenvolvimento econômico. (NETTO, 1990) O Estado liberal se utilizou dos mecanismos constitucionais para positivizar os direitos naturais e impedir governos autoritários e despóticos, constituindo o Estado de Direito. (BOBBIO, 1988) A escolha por certo ordenamento político é feita no campo das mediações históricas sociais, nas disputas de relações de poder e não se vincula diretamente com a estrutura econômica.

Sendo assim, a organização popular tem condicionantes e limitações devido ao sistema econômico e político vigente. É incompatível a democracia por princípio e o liberalismo posto que coloca a liberdade e igualdade em contraponto. São dois conceitos antitéticos (BOBBIO, p.37, 1990) por limitarem a ação um do outro: “uma sociedade liberal-liberalista é inevitavelmente não-igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não-liberal.” (idem) A igualdade é mantida por lei por uma clara identificação do Estado liberal com o Estado de Direito o que pressupõe a igualdade política positivada em uma tentativa de equalizar os sujeitos e dissimular os conflitos sociais.

⁷ A visão de José Paulo Netto não é reducionista do Estado, apenas como o “comitê executivo da burguesia” mas sim como próprio das formações econômicas sociais dominado pela classe dominante e “bloco de poder em que participam juntamente com as diversas frações do capital não monopolista, direta e indiretamente. O Estado do capital é a condensação institucional (política, ideológica, organizativa) desse bloco de poder, refletindo sua relação interna de força entre as diferentes frações que o compõe[..]” (F. Claudín, *Eurocomunismo y socialismo* (Madrid, 1977), pp. 127-128 in Netto, p. 73)

Contraditoriamente, a formação econômica capitalista possibilitou a ampliação da socialidade, isto é, a interação entre os homens de forma hierárquica e inserção de mecanismos de poder jurídico formais pela classe dominante para manutenção da ordem. Dessa forma, o exercício democrático da cidadania fica limitado por estes parâmetros normativo legais e a garantia efetiva de direito se dará através de mobilização de classe. A democracia então é constituinte das mediações históricas e sociais do sistema capitalista combinado à política liberal. (NETTO, 1990)

Coutinho (1986) defende que a democracia também é consequência das relações de produção capitalistas que conjugam as pessoas em união de interesses em comum culminando na socialização da política. Diferentemente de Netto (1990), ele define a democracia como um valor⁸ por cooperar na explicitação da dimensão humano genérica. A democracia, segundo Coutinho (1986), é um valor pela socialização da política, ou seja, por ser um fenômeno resultante das relações de trabalho e da aglomeração dos operários nas fábricas e locais de trabalho que culminou nas reivindicações trabalhistas. (COUTINHO, 1986)

Em perspectiva diferenciada, Netto (1990) destaca que a cidadania, colocadas as condições da política liberal adicionadas a estrutura econômica capitalista, determina uma limitação para a igualdade da democracia, definindo a democracia-método. Há a preservação da dinâmica da relação de poder hierárquica por instituições para a expressão e participação de opinião “sob a vigência de garantias individuais.” (idem, p. 81, 1990) A transcendência deste condicionamento é por meio da mobilização coletiva

⁸ Valor é uma categoria ontológica social, não tem objetividade natural, mas sim uma construção social. A partir da prévia ideação, a intervenção do homem na natureza torna-se útil para a satisfação das suas necessidades formando a categoria trabalho. O trabalho culmina no desenvolvimento da sociabilidade em adição às diferentes capacidades teleológicas e conseqüentemente gera formas de produções e satisfações das necessidades diversas. (BARROCO, 2004).

de trabalhadores heterogêneos com interesses em comum pela participação cidadã na criação da democracia de massas.

A democracia de massas para Coutinho (1986) também é resultado do pluralismo de organismos de massa e não mais indivíduos atomizados. A democracia é progressiva, pois as instituições democráticas existentes serão combinadas a novas para a hegemonia⁹ da classe trabalhadora.

Netto (1990) aponta que a transição deve ir além da ocupação nas instituições democráticas existentes, mas estabelecer um regime de democracia como condição social cuja organização societária abrange uma participação política mais efetiva. A democracia então se torna um limite e uma necessidade (p. 76, 1990) Necessidade por ser uma forma de garantir a hegemonia pela inserção da classe trabalhadora e um limite por ser nas instituições democráticas já existentes da ordem dominante.

Tanto para Coutinho (1984) quanto Netto (1990) uma oportunidade de nova sociedade é a promoção da entrada dos cidadãos nas instituições democráticas existentes mesmo que dominadas por ideologia de classe. O objetivo é reorganizar os padrões de “baixo para cima” por uma democracia de massas para mudar para o alargamento dos direitos para além dos civis tradicionais. Requer a democratização da sociedade e do Estado, introdução do proletariado nas atividades de gestão social e dinâmica social que vincule “mundo do trabalho” e “mundo da cultura”. (p. 127, 1990)

A conformação do Estado de Direito é preferencialmente tendenciosa a classe dominante. Todavia, com o posicionamento popular frente às questões de interesse

⁹ Com o advento da socialização da política, Antonio Gramsci definiu que os trabalhadores e classes sociais subalternas organizam-se nos chamados “aparelhos privados de hegemonia” cuja denominação “privado” refere-se a participação voluntária dos indivíduos às ações que contribuem nas relações de poder. Privados também por se diferenciarem do Estado-coerção. (COUTINHO, 1994)

coletivo é possível a mudança de certas prioridades na agenda pública, ou seja, a ocupação das classes trabalhadoras nos meios de participação possibilitam a inserção de pautas populares.

A particularidade da democracia no cenário brasileiro apresenta o marco do conservadorismo pela incorporação da cultura europeia da era colonial. A relação de subordinação formal¹⁰ estabelecida determinou a formação política brasileira e o Estado moderno pela combinação entre as forças dominantes agrárias e a produção dependente do capital internacional. (COUTINHO, 1986) As decisões políticas e o exercício democrático restringem-se aos detentores privados da produção e não a uma participação popular. Este processo de “cima para baixo” identificou a cultura política com ranços paternalistas tornando a esfera da vida privada bastante imbricada à da vida pública, confundindo-se as funções das instituições estatais convertendo-as em órgãos burocráticos de dominação patrimonialista para interesses particulares. A ordem sócio jurídica que deveria normatizar para viabilizar direitos, se transformou em “instrumentos da burocratização da dominação patrimonialista no nível estamental” (SOARES *apud* FERNANDES, p.37, 2012), sendo pautadas pela democracia restrita. Ademais, a desigualdade socioeconômica como definidor do acesso à canais de informação, participação e direito, em uma claro privilégio aos ricos. (SOARES, 2012)

Na formação política e cultural brasileiras percebe-se uma dificuldade histórica no estabelecimento de uma democracia e cidadania plenas. Florestan Fernandes (1974) indica que a independência possibilitou a formação da identidade nacional. No período

¹⁰ Processo de colonização que mantém “intacto” o modo de produção do colonizado. A passagem da subordinação formal à real é pela criação de pressupostos materiais para a libertação da *forma* capitalista. Em uma economia colonizada desenvolver nacionalmente bases materiais para ultrapassar a dependência internacional é uma forma de subordinação real. (COUTINHO, p. 124, 1986)

colonial havia um predomínio, dominação política e econômica de “fora para dentro” proveniente dos países estrangeiros. Até as elites “nativas” não tinham espaço e autonomia para exercerem os seus interesses, portanto havia uma “necessidade histórica” de ruptura com a colônia. (p. 129)

A independência veio com um duplo caráter: conservador e revolucionário. Revolucionário por apresentar um projeto de ruptura com a colônia a fim de estabelecer uma autonomia, mas conservador, pois a autonomia foi moldada visando preservar e fortalecer a ordem social tendo em vista a inexistência de padrões de autonomia suficientes para gestar uma nação. O sociólogo defende que a importância do liberalismo neste momento histórico se dá não somente para uma formação ideológica dos valores de liberdade, fraternidade e igualdade tão caros ao movimento revolucionário da Independência, mas também para a organização dos poderes não mais imperialistas.

Não houve uma cisão entre os valores tradicionais paternalistas e a incorporação dos ideais liberais modernos. A ordem legal ficou regida pelo liberalismo (as formas de poder), mas as formas de dominação são tradicionais, do mando dos senhores de origem agrária e para o seu favorecimento, formando assim uma dicotomia.

Assim, em seu processo de constituição e consolidação, o capitalismo que se desenvolve no Brasil será marcado pela particularidade da heteronomia. A composição e articulação da classe burguesa no país se dá por meio de um total isolamento e/ou eliminação das classes subalternas de modo a garantir real controle sobre o processo. A história do capitalismo no Brasil é a história da coação e da regulação sobre as esferas democráticas e cidadãs.

1.2 - A construção do projeto ético político no Serviço Social contemporâneo

O Brasil tem em seu histórico diversos momentos de restrição da realização do exercício da cidadania. A inversão do consentimento popular pela coerção é uma impressão da cultura política nacional. Mesmo com o processo de redemocratização iniciado nos anos 1980, o regime foi estabelecido em bases restritas de democracia representativa, isto é, apenas às ações eleitorais de quatro em quatro anos em detrimento da participação e descentralização do poder – princípios defendidos na constituinte de 1988. Conforme apontado por Neves (2008), o documento é um marco representativo de parâmetros de cidadania e instrumentos de participação popular embora seja confrontado por práticas políticas de clientelismo¹¹.

Os movimentos sociais, nos anos 1970/1980 tiveram como principal demanda a modificação do regime político, então ditatorial militar. As assistentes sociais, a partir da modificação das normas teórico-metodológicas da profissão iniciado com o Movimento de Reconceituação, firmaram um posicionamento político – não homogêneo da categoria – e também estiveram presentes nas lutas pela redemocratização. (YASBEK, 2009)

As indagações acerca das técnicas operativas e fundamentos teóricos-metodológicos da profissão motivaram a busca por correntes no ramo das ciências sociais que dessem respaldo a ruptura com o conservadorismo. Neste momento, as vertentes teórico-metodológicas ainda são tradicionais, mas representam o processo histórico de construção do Projeto Ético Político. A chamada “vertente modernizadora”

¹¹ Relação de poder hierárquica entre duas partes com relação desigual em que há uma troca de favores. Na sociedade brasileira identifica-se dois tipos: o clientelismo tradicional, personalista; caracterizado pela clássica “Você sabe com quem está falando?” e o clientelismo institucional presente nos partidos políticos e lideranças. (NEVES, 2008) Não são duas formas separadas mas que estão presentes na cultura política.

objetivava a melhoria da situação social pela “mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade” baseado nas relações interpessoais em uma abordagem funcionalista e estruturalista. Ainda na década de 1970, a fenomenologia é uma perspectiva filosófica que prioriza a descoberta pessoal pela relação deste com a comunidade em uma transformação pessoal. (YASBEK, 2009)

A ruptura com o conservadorismo profissional veio com a aproximação da teoria de Karl Marx, balizado pela consciência de pertencimento de classe social dos movimentos pró-constituinte. Esse diálogo preliminar possibilitou um aprofundamento com as ciências sociais embora de forma equivocada e reducionista, influenciados principalmente – como indica Yasbek (2009) – com o estruturalismo de Althusser que desconsidera as atribuições sócio históricas da profissão.

Posteriormente, nos anos 1980, o debate da teoria marxista se aprofundou e a sua dimensão ontológica que coloca o homem no centro da análise social, importante para as interpretações éticas, incorporou-se como uma dimensão existente no projeto profissional. Os valores e concepções ideológicas que norteiam a ação profissional vão além das designadas pelo arcabouço jurídico (a lei de regulamentação da profissão, o Código de Ética vigente, as diretrizes curriculares de ensino) e tomam o aspecto ético – político.

A reflexão ética é pressuposto para a formação/capacitação e o exercício profissional; é necessária para o desvelamento da realidade face às implicações éticas do agir profissional, aos conflitos éticos presentes no cotidiano profissional, aos impasses diante de escolhas de valor, entre outros. [...] pode propiciar uma elevação acima da cotidianidade, permitindo a escolha consciente diante das contradições, possibilitando a

um grupo social, em determinado momento, uma sistematização/representação de seus valores e projetos, contribuindo para fortalecer suas conquistas. (BARROCO, 2004)

A propósito do debate contemporâneo acerca do Projeto Ético Político, há elementos sobre a compreensão da categoria de totalidade e trabalho, relevantes. A sociedade não tem como característica a busca por um objetivo ou finalidade específica mas é a própria realização de sua existência dinâmica. Entretanto, os membros que compõem essa sociedade são seres que planejam, são dotados de sentimentos e consciência capazes de premeditar uma meta para suas ações. Derivado dessa capacidade compõe-se os projetos individuais e conseqüentemente os projetos coletivos os quais são imbricados pelas relações de poder e disputas de classe. (NETTO, 1999) Existe um aspecto político em todos os projetos societários, inclusive nos projetos coletivos nos quais se incluem o projeto profissional. Como destaca Braz e Barata (2009) o desenvolvimento da consciência e do campo ideológico advém da mediação com a natureza – o trabalho – e as distintas práticas, como a prática profissional são derivadas do trabalho, característica fundante do ser e da sociedade.

O projeto profissional significa a “auto-imagem” de um segmento profissional, sua identidade, seus valores que norteiam o exercício e função social para a legitimidade frente aos usuários, aos outros profissionais e às instituições. As normas e as condições (teórica, prática e institucional) para a atividade são feitas pelo corpo profissional todo, composto não só pelo assistente social empregado nos órgãos públicos ou privados, mas pelo “sujeito coletivo”, os estudantes do ENESSO, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, os pesquisadores, os docentes, os sindicatos. (NETTO, 1999)

Dessa forma, são estruturas dinâmicas por natureza, expressando conforme às mudanças societárias que estão inseridos, às transformações econômicas, culturais e sociais e também as necessidades postas à profissão. Os projetos profissionais, como pontua Netto (1999) também se modificam, se renovam. Sendo assim, existe a possibilidade de retomada do conservadorismo na profissão por formas ideológicas e factíveis que se expressam, contemporaneamente, no convívio urbano por meio da violência, medo social transformados na exacerbada segurança pública permeadas pelo individualismo. A naturalização da violência, comum à sociedade brasileira, moraliza a questão social e individualiza – a. “O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana.”¹² (BARROCO, 2011)

O corpo profissional não está inerte aos acontecimentos e alterações culturais. Sem a utilização do conhecimento teórico, pesquisa metodológica e fundamentos éticos a intervenção profissional pode estar fadada a um reducionismo da realidade “fragmentada e imediatista”. (BARROCO, p. 212, 2011)

¹² As soluções para a queda das taxas de lucro na década de 1970 culminaram em uma reorganização do capitalismo não somente no nível produtivo e tecnológico, mas também na gestão do trabalho. Este período é marcado pela transição do modo de produção fordista para o de acumulação flexível em que a mais notável diferença é a ultrapassagem da rigidez daquele. As transformações ocorreram no consumo, nos contratos de trabalho, na política econômica, nos modos de vida que regulamentam o funcionamento da acumulação. (HARVEY, 1992) Tais modificações também são no âmbito cultural e teórico, denominadas como pós-modernidade cujas características são a “superficialidade analítica” dos processos sociais, funcional à ordem dominante e consequente resgate do pensamento conservador. Há uma rejeição da objetividade e enaltecimento da subjetividade narcisista; negação do caráter de continuidade da história e a rejeição a conceitos generalistas de universalidade, objetividade e ideologia e enaltece-se a alteridade, subjetividade e descontinuidade; o público sobre o privado (FRIGOTTO, 1996) No Serviço Social, a gênese da profissão (no Brasil data dos anos 1940) afinada com as organizações católicas pela cristianização da sociedade concomitante ao respaldo do Estado para a legitimação da profissão frente às reformas econômicas em vigor contribuíram para um ranço conservador. (SANTOS, p. 45, 2007) Contemporaneamente, a prática profissional pode se tornar imediatista e tarefaira (FALEIROS, 1986) sem a reflexão da totalidade e universalidade, valores rejeitados pela modernidade (SANTOS, 2007).

O valor ético central do Serviço Social é a liberdade, balizada pela categoria ontologicamente posta do trabalho em que os objetivos são traçados pela consciência e criam-se produtos diferenciados pela intervenção sobre a natureza; são as objetivações que ultrapassam o produto em si e a necessidade a ser cessada. Derivam então as escolhas e alternativas determinadas. A capacidade de manipulação das condições postas na natureza pelo homem que aufere a liberdade, a criação. Para tanto, não deve ser condicionada pela necessidade de sobrevivência ou exploração. A liberdade também confere ao ser humano, em um processo dialético, uma libertação do determinismo material obtida pelo trabalho. Ser “autoconsciente de si mesmo como ser genérico” (BARROCO, p. 61, 2004) Entretanto, a autora alerta que esta é uma concepção negativa, pois o trabalho em si é uma atividade que liberta os homens e mulheres por sua característica fundante, provendo a capacidade de autoconsciência como ser genérico.

Além disso, compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Se propõe a uma nova ordem social, sem a divisão de classes, etnia, gênero, sem exploração e afina-se com equidade e justiça social no acesso a programas e projetos sociais existentes. Para a garantia dos direitos sociais, civis e políticos, o exercício da cidadania e defesa da democracia. A cidadania é um fenômeno do conflito entre as classes subalternas e o poder dominante, de “baixo para cima”, por essa razão a divergência clara com o jusnaturalismo. (Cf. NETTO, 1999; COUTINHO, 2005)

O projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. Como a apropriação da riqueza é privada, a superação deste fato é a

consequente emancipação humana. Para tanto é necessário termos uma concepção histórico-processual, ou seja, os eventos não são estanques e sim dinâmicos, criados pelos indivíduos a todo o momento. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009)

Mas para se discutir o acesso a direitos e cidadania no Brasil deve-se admitir a presente relação de dependência com os organismos internacionais que condiciona as políticas econômicas e conseqüentemente as sociais determinando um caráter de restrição da cidadania. A perspectiva do Serviço Social propõe a universalização dos direitos, contra a atual lógica privatista da seguridade social; viabilização legal das políticas sociais e um orçamento que englobe as necessidades de todos os cidadãos. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009) A defesa da democracia representa a participação nos espaços e instituições vigentes e não sua negação para que haja a socialização da política e a construção de uma nova sociabilidade. (BOSCHETTI, 2009a)

Capítulo 02

Educação em tempos de mercantilização

2.1 - A Educação no contexto neoliberal

Preliminar ao debate da conformação da política educacional contemporânea, mister a compreensão da lógica neoliberal como reação a um dos ciclos de crise de produção. A acumulação econômica capitalista requer um “modo de regulamentação” a fim de manter a coerência do modo de produção com o consumo. Para a equalização do consumo entre os diferentes indivíduos criam-se padrões sociais como leis, normas, várias formas de controle para a consistência entre os comportamentos individuais e o esquema de produção. Segundo Harvey (1996), pela qualidade instável do sistema de acumulação capitalista, duas condições são realizadas: o descontrole da fixação dos preços do mercado e o controle exercido sobre a força de trabalho objetivando a manutenção do valor da produção e a taxa de lucro.¹³

O capitalismo é impulsionado sempre para o crescimento. Não importa as consequências ecológicas, sociais, políticas ou geopolíticas. As taxas de lucro devem se manter equilibradas e a acumulação em níveis estáveis, tanto que a crise é identificável com a queda do crescimento. As crises cíclicas do sistema advêm da queda das taxas de lucro e as tentativas de recuperação visam mudanças na organização do trabalho, das tecnologias que impactam a produção e do consumo. Com a crise de 1929, o fordismo

¹³ O controle do trabalho é essencial para a manutenção do crescimento econômico pois a diferença entre o que o trabalho vivo obtém com a aplicação da atividade e o que se cria de recursos além com a mesma atividade é chamado de Mais Valia. Este montante não será apropriado pelo criador do trabalho e para tanto, é necessário a hierarquia entre classes sociais e a subjugação de uma pela outra para o desenvolvimento da força do trabalho. (HARVEY, 1996)

mercado pela produção massiva e tencionado pela necessidade de reestruturação da produção. Neste processo, o Estado é funcionalizado assumindo papéis econômicos e sociais. No período pós-guerra a mundialização do capital efetiva-se como uma das estratégias para a superação da crise. A busca por mercados externos começou com os EUA logo após a guerra para superar a demanda efetiva interna. A expansão veio junto com a oferta de outros serviços como o turismo, bancos, seguros, aeroportos. (HARVEY, 1996)

A rigidez fordista não possibilitava acompanhar a fluidez dos mercados de consumo. A resposta de flexibilidade rápida foi na política monetária; impressão de papel moeda a qualquer custo para manter a economia estável. Com isso veio uma onda inflacionária em razão da quantidade de recursos financeiros, mas pouca área de investimento com produção efetiva, gerando um capital fictício. (HARVEY, 1996)

As alternativas para a superação da crise – entendidas, por exemplo, como reformas governamentais impactam diretamente na formulação das políticas sociais, em especial a de educação, foco de análise deste trabalho.

Um destes impactos destacados por Frigotto (1995;1996) pode ser observada em teorias que tentam legitimar esse processo como é o caso da teoria do capital humano, propalada no período pós-guerra pelos Estados Unidos, em que o desenvolvimento econômico advém da transmissão de habilidades técnicas específicas para o trabalho através da educação. É a solução norte-americana para a “melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos”. Em uma análise mais contemporânea do conceito, o trabalhador investe na sua educação pelo seu próprio esforço em uma análise de custo-benefício para sua inserção no mercado de trabalho, constituindo seu “capital pessoal”; sua formação profissional. Dessa forma, a preparação para a educação está focada na

competência e multifuncionalidade, idiossincrasia do período de acumulação flexível. (CATTANI *apud* YANNOULAS e SOARES, 2009)

A partir dos anos 1990, a tecnologia se tornou presente nos debates da educação como uma das capacitações para o trabalho na perspectiva politécnica e polivalente funcional ao aprimoramento da capacidade de trabalho para a produção. (FRIGOTTO, 1995) A garantia de um emprego por meio de certificação educacional é um dos “mitos” do modelo de educação atual que desconsidera a relação capital/trabalho e os desdobramentos na estrutura de empregabilidade. Na sociedade do conhecimento, a população economicamente ativa não pode arcar com os custos para se manter no mesmo patamar de competitividade, o mercado de trabalho se expande para a esfera informal, principalmente em países de baixa industrialização como o Brasil. (DEMO, 1999)

O acesso à informação se torna um fator de acirramento do caráter predatório do sistema reprodutivo de trabalho. “O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas.” (HARVEY, p. 179, 1996)

Para compreender a articulação das políticas educacionais com o contexto neoliberal, é preciso compreender como é o vínculo entre os sujeitos históricos que modificam e aplicam as regras da elaboração da política e o modo como os mesmos se apropriam e as transformam. (DOURADO, 2007) São expressões da política neoliberal a regulação e a descentralização. A lógica é a diminuição das responsabilidades do Estado na concessão de direitos sociais, financiamento, prestação do serviço, sob a justificativa da ineficiência da gestão pública; então o mercado torna-se a esfera em que os direitos à educação, saúde, habitação são supridos. Na ótica educacional, houve uma

abertura para o investimento da iniciativa privada e responsabilização da sociedade civil para a prestação do serviço, em uma cooperação mútua para a oferta do que é um direito. (AKKARI, 2001) Como exposto no artigo 213 da Constituição Federal:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Os países periféricos como o Brasil, no período da década de 1990, tiveram estratégias de recuperação econômica pós-crise com consequências para o encaminhamento dos direitos sociais. Os estudos apontam que a política educacional brasileira tem sofrido influência dos ditames de organismos internacionais nas reformas e modelos educacionais a serem seguidos, mais especificamente o Banco Mundial e o BID. Inclusive muitos acordos, que envolvem empréstimos e financiamentos a juros altos, foram feitos a partir de demandas sugeridas de funcionários dos próprios órgãos ou ligados aos governos estrangeiros. (OLIVEIRA, 2005)

Além da estratégia de geração de dívidas, é a inadequação de um modelo de ensino imposto por um agente externo, em um processo de “hibridismo” ou “regulação transnacional”. Considera-se uma incorporação de técnicas e métodos educativos de países estrangeiros como uma ideia fluida entre globalização e regionalismo (originando o conceito de hibridismo), desconsiderando a posição hierárquica entre os países. (BARROSO, p. 23, 2004)

Pondera-se, contudo que embora haja a determinação impositiva de autoridades estrangeiras, temos a participação de movimentos sociais brasileiros e os processos políticos próprios que também alteraram os rumos das decisões para a reforma educacional. (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Algebaile (2007) é preciso destacar o papel do Fundo Monetário Internacional como articulador na “gestão do endividamento externo no sentido do aprofundamento da situação de dependência e dominação” (p. 265) juntamente com órgãos como a Unesco na orientação de informações e “ajuste estrutural” para a entrada na nova ordem econômica mundial, de acordo com os interesses do capital. O objetivo são construções de reformas educacionais, controles fiscais e orçamentários orientados para a focalização e privatização das políticas sociais no sentido de “aliviar a pobreza”, isto é, a educação ainda tem uma função de inserção no mercado de trabalho, mas com estes aspectos neoliberais a educação escolar torna-se uma localização da eficiência e qualidade em uma visão gerencial da educação.

Yannoulas & Soares (2009) realizaram pesquisa sobre a vinculação dos órgãos executivos federais - Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Educação (MEC) – e a OIT e Unesco. Analisaram quais os objetivos e parâmetros que orientam o direcionamento do ensino técnico e qualificação profissional para o trabalho,

sendo a diretriz da educação como ascensão social e formação de um trabalhador específico para os interesses do capital. A política educacional pública é colocada pelas pesquisadoras como, no contexto de produção capitalista, formulada por moldes “assistencialistas/compensatórias (qualificação profissional para os pobres, para os grupos vulneráveis historicamente discriminados no mercado de trabalho, ou para os novos desempregados pelos avanços tecnológicos), ou técnico-instrumentais (educação profissional para a adaptação das classes médias aos requerimentos do mercado)” ao invés do investimento em uma política que focasse no potencial do sujeito de trabalhar enquanto coletividade para a sua continuidade histórica. (YANNOULAS & SOARES, p. 13, 2009)

As autoras destacam também a importância do acesso ao emprego e educação por meio dessas medidas governamentais, apesar das limitações. Apesar do ideal de preparação de trabalhadores específicos para os interesses do capital, o atual estágio do modo de produção flexível requer a especialização e aquisição de conhecimentos para a inserção no mercado de trabalho; a educação então pode se tornar viável para o acesso imediato, embora por vezes precário, para a manutenção da sobrevivência.

O ensino superior segue o mesmo padrão de precarização. A política é orientada pela ideologia da capital humano em adição a necessidade de concorrência com outros países. O Brasil pretende ampliar o acesso à universidade almejando elevar a força de trabalho ainda que a inserção destes trabalhadores seja em atividades de menor status e com a exigência de diplomas ou certificações incompatíveis com os salários. O Banco Mundial também acordou com o governo brasileiro o aumento de pessoas nas universidades. A incidência na entrada de investimentos da iniciativa privada tanto brasileira quanto estrangeira torna-se uma estratégia para a ampliação de vagas nas

universidades públicas e aumento das faculdades privadas em uma realidade de 8% do ensino superior como instituições que seguem o tripé – ensino, pesquisa e extensão – previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 207; que preconiza a formação profissional em requisitos ampliados e qualificados. (ABEPSS & CFESS, 2011)

Os eixos de acesso e permanência também norteiam a expansão das universidades, em uma realidade mais elitizada em que 12% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos estão nas universidades brasileiras (a maioria do filamento privado) em um fenômeno chamado “pirâmide educacional” em que muitos adentram o ensino fundamental e médio, mas sem uma continuidade para o superior. No período do Governo Lula, criaram-se programas visando democratizar o acesso à universidade aliado a projetos de assistência estudantil para a redução da evasão e abandono das carreiras profissionais. (PAURA, 2012)

Quanto ao ensino básico, a escola é colocada como unidade isolada de gestão e planejamento para as decisões de gerência de recursos ou avaliação de resultados sem a mediação direta dos outros órgãos da política. Oliveira (2005) salienta o Programa Dinheiro Direto na Escola¹⁴ como um exemplo nacional relacionado ao princípio da “administração por objetivos, o incentivo à pedagogia de projetos, à cultura da eficiência e demonstração de resultados” (p. 765, 2005) Este quadro ideológico na reformulação da política educacional acarretou deficiências para a concretização de reformas no sentido pedagógico, as quais visem o aprendizado orientado pela totalidade dos processos histórico-sociais. A gestão ficou centralizada nas escolas e pouca

¹⁴ Programa de âmbito federal, criado em 1995 e ainda vigente, para o repasse de recursos financeiros para as escolas públicas de ensino fundamental bem como escolas privadas de ensino especial que tenham registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O dinheiro advém do Salário Educação e destina-se a manutenção e conservação do prédio; ao desenvolvimento de atividades e implementação de avaliações. (DOURADO, 2007)

mudança efetiva nos sistemas de ensino, apenas parcas alterações no cotidiano escolar sem a alteração de estratégias ou organização. As consequências são uma política feita por hibridismos na criação, mas que na prática se materializa em uma educação seletiva. (DOURADO, 2007)

Entretanto, como apontado por Almeida e Rodrigues (2012) a concepção de educação não pode ser reduzida a uma política pública apenas, é um processo de totalidade histórica, influenciado pelas relações sociais, da esfera privada e pública, a vida comunitária, os aspectos econômicos e ideológicos gestados pelos homens e mulheres em sociedade. Portanto, não se pode considerar a educação e a política educacional desvinculada do modo de produção que baseiam tais relações e dos conflitos gerados neste campo.

Neste sentido, as modificações apontadas ao longo do capítulo da política educacional no escopo do neoliberalismo são consequências do lugar estratégico que a educação ocupa nos interesses do capital enquanto projeto para a produção de consenso de um trabalhador em específico. Em adição, a educação torna-se “o caminho principal no processo de transformação social” alicerçados em um projeto de modernidade cuja crença é uma mudança dos problemas sociais, políticos e culturais por uma metamorfose do campo educacional. Embora não seja possível pensar na constituição de uma nova sociedade sem a difusão do conhecimento e informações providos pela educação, não é somente ela que estabelecerá outros parâmetros de relações entre Estado e sociedade civil. (ALMEIDA e RODRIGUES, 2012)

2.2 – O Ensino básico: localizando a particularidade brasileira e distrital

O desenvolvimento econômico brasileiro na perspectiva de Florestan Fernandes é entendida como

um processo de modernização e de capitalismo dependente em que a classe dominante brasileira, minoria prepotente, se associa ao grande capital abrindo-lhe espaço para sua expansão, o que resulta na combinação de uma altíssima concentração de capital para poucos, com a manutenção de grandes massas na miséria, o alívio da pobreza ou um precário acesso ao consumo, sem a justa partilha da riqueza socialmente produzida. (FRIGOTTO, p. 238, 2011)

O objetivo da formulação das políticas sociais planejada a contento dos proveitos da elite, ao que parece, é a permanência da pobreza nos mesmos grupos. A educação tem sido relacionada ao acesso a instrução provida pela escola, essenciais para a formação da cultura e identidades sociais e por essa razão a possibilidade de construção de um saber diferenciada está apartado pela condição de classe social. Toda forma de educação tem sido diretamente vinculada à instituição escolar - atribuindo validade apenas à educação formal, certificada – então o grupo que detém o controle da instrução determinada como os currículos, a organização escolar inclusive a formulação da política consequentemente detém a perpetuação da cultura. (ARROYO, 1989)

No período do início da década de 1990 a Constituição Federal ainda representava um marco regulatório legal recente, e para acrescentar, como conjuntura internacional estabeleceu-se os preceitos neoliberais de redução dos direitos. Na gestão de Fernando Collor (1990 – 1992) a abertura do país para o capital estrangeiro priorizou o orçamento nacional para as privatizações em detrimento de empresas estatais sendo

uma das frentes de governo. Posteriormente, com o presidente Itamar Franco (1992 – 1994), a política monetária se tornou a questão central a ser resolvida frente o aumento excepcional das condições de extrema vulnerabilidade da população. Programas de mobilização e ação com a sociedade civil para o “Combate à fome e à Miséria” com o cunho da solidariedade. (ALGEBAILLE, 2007)

No período governado por Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2002) o cerne da primeira gestão foi uma série de medidas para a reforma do Estado, mas que ultrapassava o plano administrativo proposto pelo então Ministro de Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira. O encaminhamento da gestão nacional permaneceu de acordo com o controle internacional em razão da entrega do capital nacional pelas privatizações e renegociação da dívida. (*ibid*, 2007)

Outra característica do desmonte dos direitos foi a focalização das políticas sociais em que diversos programas e projetos foram feitos ao longo da gestão de FHC para assegurar os mínimos sociais de sobrevivência das camadas mais pobres da população. Medidas pontuais e descentralizadas como programas de transferência de renda para a prestação de um serviço como “Auxílio – Gás”, “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)”, o “Bolsa Alimentação” e o “Programa Bolsa Escola”, são ações com condicionalidades para a concessão do benefício. Como defende Algebaile (2007) o sentido da focalização é reduzir a infraestrutura institucional (recursos humanos, estabelecimento, equipamentos) no provimento dos serviços sociais em adição aos processos de privatização, os quais ruíram os direitos sociais com os ditos “critérios de elegibilidade” em que o Estado assume uma função de julgador.

Dentro do mesmo molde de descentralização das responsabilidades estatais, em 1968 foi criada a autarquia Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

encarregado de captar e distribuir recursos financeiros para o desenvolvimento de programas e projetos do ensino básico e superior. Os investimentos são direcionados para os governos estaduais, municipais, do Distrito Federal além de unidades privadas. Os programas são voltados para a alimentação escolar, livro didático, transporte escolar, infraestrutura (como o ProInfância que prevê a construção e melhoria de creches e escolas de ensino infantil), renda suplementar (como Programa Dinheiro Direto na Escola cuja premissa é a autonomia dos gestores escolares nas escolhas dos gastos escolares) e capacitação profissional (como o FIES e o Brasil Profissionalizado). (Site do FNDE)

Em virtude dessas considerações, a política educacional, neste quadro de democracia restrita, apresenta modificações para uma reforma idealizada para uma “modernização”. A ruptura com o “passado” – visto como estabelecimento de nova era, mas que escamoteiam a reatualização de práticas políticas de dominação até então vigentes e facilita a utilização de novas com o mesmo intuito – na responsabilização dos municípios e estados pela educação para a redução de gastos na esfera federal cujo principal repasse são para os municípios, mas também para a sociedade civil. (ALGEBAILLE, 2007)

O sentido da municipalização ultrapassa a lógica financeira de redução de custos e segue os ditames do Banco Mundial nos apontamentos sobre os caminhos de fracasso escolar e desvio do mundo do trabalho que o ensino básico aponta principalmente no ensino fundamental. Sendo assim, as legislações nacionais priorizam a obrigatoriedade e universalização desta fase garantida pelo Estado Nacional e admite a educação desenvolvida pelo ensino, em institutos próprios, e vinculada ao trabalho e emprego. Há um forte incentivo à expansão do ensino fundamental com criação de programas e

recursos como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)¹⁵ em detrimento do ensino infantil e médio, em uma consideração reduzida do ensino básico. (BOLORINO, 2012)

Ademais, o ensino básico segue o cunho ideológico do modernismo de ascensão social e desenvolvimento econômico por meio da educação portanto, do ponto de vista da racionalidade econômica, investir nesta categoria traz aumentos na renda pessoal (pela possibilidade de emprego) e conseqüentemente na renda nacional. (BOLORINO, 2012)

Segundo a autora Eliana Bolorino (2012) em estudos de Torres (1996) sobre as perspectivas sobre ensino básico presentes nos encontros com a presença de organismos internacionais e entidades do governo federal, há duas visões: a restrita e a ampliada.

¹⁵ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído em 1996, por lei. Representa uma sistemática de repasse de recursos para o Ensino Fundamental. A CF vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. (Site do MEC)

Por uma análise do marco legal da LDB/1996, o Brasil segue a Visão Restrita.

Visão Restrita	Visão Ampliada*
Dirige-se a crianças	Dirige-se a crianças, jovens e adultos
Realiza-se no equipamento escolar	Realiza-se dentro e fora da escola
Equivale à educação de 1º grau ou a algum nível escolar estabelecido	Não se mede pelo número de anos de estudo, mas pelo efetivamente apreendido
Garante-se por meio do ensino de determinadas matérias	Garante-se pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem
Reconhece como válido um único tipo de saber	Reconhece diversos tipos e fontes de saber, incluídos os saberes tradicionais
Limita-se a um período da vida de uma pessoa	Dura a vida toda e se inicia com o nascimento
É homogênea, igual para todos	É diferenciada (já que são diferentes as necessidades básicas de aprendizagem dos diversos grupos e culturas)
É estática, mantém-se relativamente inalterada	É dinâmica, muda ao longo do tempo
É de responsabilidade do Ministério da Educação	Envolve todos os ministérios e instâncias governamentais responsáveis por ações educativas
Guia-se por enfoques e políticas setoriais	Requer enfoques e políticas intersetoriais
É de responsabilidade do Estado	É de responsabilidade do Estado e de toda a sociedade e exige construção do consenso e coordenação de ações.

Fonte: Bolorino, E. Educação e Serviço Social: um elo para a cidadania, 2012. P. 131

A escola ainda é um espaço de formação controlada para a reprodução da força de trabalho e por isso é um campo de disputa e estratégia. Neste contexto, a democratização do ensino tem sido confundida com ampliação do acesso a instituição escolar e “massificação do ensino” em uma “importação de ideias fora do lugar”. (OLIVEIRA, 2005) A escola se torna uma unidade de administração focada na qualidade do ensino (vide nos últimos anos a articulação política sobre os índices

educacionais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica¹⁶), currículo e recursos pautados a partir de esferas administrativas “de cima”, apesar da descentralização. (ALGEBAILLE, p. 267, 2007) Este modelo de gestão em que se previa a “colaboração entre os entes federados” não se realizou e os estados e municípios subordinam-se aos planos e ações do MEC, sem a transparência no planejamento do orçamento e gestão. (DOURADO, 2007)

É uma distorção do conceito de gestão democrática na escola em que os projetos pedagógicos deveriam incentivar a participação dos diversos segmentos que compõe a comunidade escolar no sentido de utilizar o espaço institucional como organismo de participação política e mobilização da comunidade, incorporando ao direito de acesso e permanência dos discentes – aspecto documentado nas legislações de educação como LDB/1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1993 – a possibilidade de um novo uso do espaço escolar. (BOLORINO, 2012)

No governo Lula (2003 – 2010) houve mudanças no rumo da política educacional, mas ainda com contornos patentes do neoliberalismo e um foco no chamado “desenvolvimentismo”. Os programas para o combate a pobreza seguiram a focalização nas camadas miseráveis com os benefícios de transferência de renda, como os de abertura de linha de crédito para habitação ou bens de consumo. (FRIGOTTO, 2011) Na educação houve a continuação da agenda de expansão e ampliação da

¹⁶ Há um projeto de doutoramento aprovado pelo Programa de Pós Graduação do Departamento de Serviço Social da UnB do ano de 2009 - 2013 sobre as avaliações externas de ensino básico realizadas em alguns estados brasileiros e da União e o impacto na materialização da política educacional brasileira de autoria do doutorando João Luiz Horta Neto. Com defesa prevista pra 2013, faz parte do projeto “Política Educacional e Pobreza”. A autora da presente monografia foi assistente de pesquisa pelo Grupo de Pesquisa TeDis (Trabalho, Educação e Discriminação).

universalização do acesso, mas ainda se discute as condições de permanência dos estudantes e qualidade do ensino.

No que concerne à particularidade do Distrito Federal, unidade de localização da pesquisa de campo, os dados da Secretaria de Educação do Estado apontam uma diferenciação na distribuição das unidades escolares de ensino básico de acordo com a taxa de matrícula. A região administrativa Ceilândia possui mais de 78 mil matrículas no ensino básico para um total de 89 unidades escolares, incluindo as de formação técnica. No Plano Piloto/Cruzeiro são 29.197 estudantes para 105 unidades.¹⁷ De acordo com Paiva (2009), as escolas estão localizadas preferencialmente segundo um critério de classe social antes do critério populacional, pois aquelas com melhor estrutura, capacitadas para a “formação humana em suas várias dimensões” como as escolas de línguas estrangeiras, artes e educação infantil concentram-se majoritariamente na parte central do Distrito Federal. (p. 47)

O lócus escolhido como campo de pesquisa foram às unidades privadas da Rede Marista. No Distrito Federal não há assistentes sociais atuando em escolas públicas, preferência inicial para a pesquisa. A inserção deste profissional no quadro das Secretarias de Educação do país, para atuação em equipes multiprofissionais nas escolas, está sujeito à legislação estadual ou municipal, não havendo normativa a respeito em âmbito distrital. Atualmente existe um projeto de lei, PL 060/2007, em trâmite na Câmara dos Deputados que versa pela garantia de equipes de assistentes

¹⁷ Inspirada em estudo de Soares (2011), analisei os dados do Censo Escolar de 2011 de taxa de matrícula da educação infantil até o ensino médio das regiões administrativas citadas e relacionei com a quantidade de escolas de todas as modalidades de ensino (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Centro de Línguas, Escolas Parque, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Especial). Houve dificuldade de acesso às informações do Censo Escolar de 2012 no Portal da Secretaria de Educação do Distrito Federal justificando a escolha pelos índices do ano anterior.

sociais e psicólogos nas escolas em âmbito federal. O objetivo é estabelecer certos parâmetros de atuação sobre os profissionais que já trabalham há décadas na política educacional, com a homogeneidade de direitos e deveres para a qualidade da atuação. Muitos destes profissionais de serviço social escolar estão no setor privado, em instituições de caráter filantrópico.

Existem leis municipais e estaduais¹⁸ em vigor que dispõem sobre a necessidade do exercício do profissional de serviço social nas escolas para a caracterização da população escolar, elaboração de projetos visando à erradicação da evasão, atividades com os alunos para a prevenção da violência e uso de drogas, encaminhamento da família para os serviços assistenciais e organizações comunitárias necessárias entre outras competências. (SILVA, 2012) Reconhece-se a necessidade do assistente social nas escolas para o auxílio no aprendizado com os docentes.

A luta da categoria profissional do Serviço Social por uma normativa que assegure a integração das assistentes sociais no cotidiano das escolas de ensino básico é pelo entendimento de uma política social que universaliza o direito da educação, sem o privilégio de determinado grupo social em detrimento de outro, sem a cidadania fragmentada. (ALMEIDA e RODRIGUES, 2012)

Um aspecto se torna relevante na educação nos últimos anos, a “política de melhoria através de uma parceria público e privada”. A educação, apesar do marco constitucional, ainda assim toma um local secundário nos rumos de prioridade estatal assumindo um caráter de avaliação de resultados e mercantilização balizados pela

¹⁸ Atualmente não existe no Distrito Federal legislação sobre a obrigatoriedade de equipe multidisciplinar que inclua assistente social em escolas públicas. Em municípios paulistas, como Limeira já existe a vinculação dos profissionais pela Secretaria de Educação Municipal. Informação obtida através do Portal na internet do Serviço Social Escolar de Limeira.

“pedagogia das competências”. (FRIGOTTO, p. 242, 2011) Não há uma perspectiva de educação como um direito universalizado, e sim a afirmação da focalização para alguns.

Um dos desmontes da política educacional, muito propalado pela mídia, é a acusação da ineficiência do professor e a consequente responsabilização pelos problemas vivenciados em sala de aula decorrentes da má formação profissional.¹⁹ Trata-se de uma estratégia para desmontar a categoria inclusive por meio de premiações e bonificações salariais de acordo com o rendimento dos estudantes. (FRIGOTTO, 2011) A escola, por suas diversas funções assumidas transcendentemente à pedagógica nesta conjuntura neoliberal, transfere ao professor diversas responsabilidades que estão além da sua formação de magistério, do ensinar.

A concepção de educação defendida pelo Projeto Ético Político aproxima-se da visão ampliada, com a universalização do atendimento; compreensão da totalidade dos processos histórico sociais influenciando na educação, por isso gesta-se para além da escola; respeito a diversidade inclusive na formulação do currículo e a intersectorialidade das políticas sociais para a garantia da qualidade da educação.

Em um contexto de contradição entre capital e trabalho, a instituição escolar torna-se uma representação das relações sociais e por isso, em determinadas situações,

¹⁹ Como assistente de pesquisa do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UnB, elaborei uma análise, juntamente com o doutorando João Luiz Horta Neto, de reportagens jornalísticas sobre avaliação externa educacional e política educacional. Estabelecemos quinze categorias analíticas que mantinham um padrão de repetição nas reportagens selecionadas. Duas categorias aproximam-se do debate posto por Frigotto (2011): Premiação de alunos e professores pela nota obtida na avaliação externa, 65 reportagens; Responsabilização de professores, 98 reportagens. São reportagens que não só culpam a formação do magistério mas também criam mecanismos avaliativos com bonificação por mérito. As contribuições contribuíram para a conclusão da pesquisa intitulada “POLÍTICA EDUCACIONAL E POBREZA: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza”. O trabalho resultou em dois relatórios para as disciplinas de Prática de Pesquisa 3 e 4: FARIAS, D. *Análise de reportagens sobre avaliação externa educacional e Comparação entre os resultados das avaliações estaduais e as legislações que dão sustentação às políticas educacionais locais*. Brasília, UnB, 2013.

os docentes devem agir como agentes públicos, assistentes sociais, psicólogos entre outros. (OLIVEIRA, 2005) Essas exigências levam a uma desprofissionalização não só do magistério, mas também das profissões citadas e, conseqüentemente, uma oferta de ensino desqualificada, pois o aprendizado está em defasagem para o atendimento de outras demandas.

Capítulo 03

Serviço social e Educação

3.1 – Projeto Ético político e a defesa do Serviço Social na Educação

A aproximação do Serviço Social com a Educação data da gênese da profissão, sendo o primeiro registro, segundo pesquisa bibliográfica de tese de doutorado de Souza (2008), datado de 1939. Neste período, a escola é um espaço de “agência social para o preparação para a vida” e o assistente social trabalha com as crianças e suas famílias no sentido de fornecer informações sobre a vida dessas crianças, entendendo seus hábitos para o ajustamento social de comportamentos; As assistentes sociais agiam como uma mediação entre a escola e a comunidade para a responsabilização da família pelo fracasso escolar e consequente adaptação dos estudantes, com a utilização de inquéritos sociais para diagnóstico de aspectos familiares e escolares. (*ibid*, 2008)

Posteriormente, os registros literários seguem para a década de 1970, e a profissão é solicitada nas escolas por uma necessidade de demandas como evasão escolar, fracasso escolar, dificuldade na aprendizagem e problemas de disciplina e age diretamente com os estudantes. Por sua proximidade das dificuldades dos estudantes, havia a possibilidade de consultoria com os professores e coordenadores visando resolvê-las, ocupando uma atividade estratégica por contato com instituições da rede de serviços públicos, família e professores. (*ibid*, 2008)

As ações do Serviço Social Escolar – neste momento (década de 1980) reduzidas a serviços assistenciais como triagem, encaminhamento, assistência aos estudantes em termos materiais – já apresentam os ideais de moldar a força de trabalho e controle

ideológico na “orientação dos grupos que orienta (As assistentes sociais) na direção dos aspectos psicossociais necessários ao desenvolvimento [social].” (OLIVA *apud* SOUZA, 2008)

A relação da educação com o trabalho, especialmente a empregabilidade, ganha contornos diferenciados ao longo das modificações e reestruturações da acumulação, e hoje especialmente sob o mote da empregabilidade trazem para a política educacional formatações diferenciadas. Os direcionamentos dos organismos internacionais, apontados no capítulo anterior, são baseados na expansão da universalização do ensino, principalmente o nível fundamental. (BOLORINO, 2012) A educação torna-se um instrumento para o Brasil na competitividade do mercado globalizado baseado na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho em suas dimensões técnicas e ideológicas. (ALMEIDA, 2000) A política neoliberal apresenta uma articulação além do plano econômico e político, na esfera ideológica. Há uma distorção dos paradigmas sobre direito, democracia e cidadania a fim de desintegrar a existência do direito a educação como bem social.

Em contraposição à perspectiva hegemônica, um dos compromissos profissionais é a defesa pelo direito a educação pública, gratuita, laica e direcionada para os interesses da classe trabalhadora.

Os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas é, desta forma, condição de uma educação emancipadora, posto que qualificam a democracia como um processo e não como um valor liberal. (CFESS, 2013)

Sendo assim, a educação também tem uma função estratégica para os trabalhadores por exercer também um papel de ampliação de consciência através da possibilidade de entender os mecanismos de reprodução econômico-social para só então vislumbrar uma alteração da base cultural. (GRAMSCI *apud* BOLORINO,2012) A partir da autoconsciência de sua identidade de sujeito coletivo é possível construir uma ação política e produzir uma contra-hegemonia em todos os campos da vida em sociedade e suas instituições inclusive a educacional. Neste raciocínio, essa educação emancipadora não se limita à educação formal no recinto escolar. (CFESS, 2012)

Por esta razão, o projeto profissional do serviço social tem como um dos valores a democracia entendida como a ocupação das instituições existentes, ainda que permeadas pelas contradições postas em movimento pela acumulação capitalista em um processo de democratização com uma participação política efetiva que ultrapasse o inchaço das instituições pelas massas. A educação, entendida então para além dos moldes formais, é construída por processos de socialização. Dessa forma se traduz em uma das possibilidades de difusão de informações e construção de um modo cultural modificado para a alteração da produção econômica.

A articulação da política educacional com o Serviço Social abre um campo de trabalho no ensino profissionalizante e fundamental, segmentos voltados para a preparação dos adolescentes para o mercado de trabalho pautados no acesso e permanência de classes pobres no circuito escolar. (BOLORINO, 2012). A inserção das assistentes sociais não se limita à instituição escolar, mas também em trabalhos com gestão, assessoria em secretarias de educação, assistência estudantil em todos os níveis de ensino, conselhos de participação com a comunidade escolar e outros. (SOUZA, 2012)

São quatro grandes eixos de princípios e finalidades da educação nacional previstos na LDB/1996, no artigo 3º, e visíveis nos programas realizados pelas assistentes sociais, o acesso, a permanência, a gestão democrática e participativa e a garantia da qualidade do ensino. (informação verbal)²⁰ De acordo com estudos realizados durante a graduação, destaco que a realização destes eixos não depende da vontade do corpo profissional pois estamos inseridos em um processo de trabalho determinado pelas instituições empregadoras²¹.

As demandas sociais - resultado da dinâmica da vida dos sujeitos sociais, e não somente área de atuação das assistentes sociais – são revertidas em demandas institucionais, e nesta passagem as respostas profissionais imbuídas das dimensões éticas e políticas, técnicas e teóricas devem descortinar quais as concepções institucionais sobre as demandas e sobre as atribuições das assistentes sociais, especialmente a educação. (Informação verbal)²²

O acesso e a permanência são fatores que não dependem do trabalho do assistente social na escola nem tampouco na política educacional, mas trata-se de uma associação entre as políticas públicas e ofertas de serviços sociais para a realização do trabalho. O processo de ampliação do acesso às escolas públicas das duas últimas

²⁰ Informação fornecida por Ney L. T. Almeida em palestra no Seminário Serviço Social e Educação, organizada pelo CFESS e CRESS/AL, realizada em 5 de junho de 2012 em Maceió.

²¹ O assistente social é um profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho e por esta qualidade está sujeito à condição de assalariado e obediência ao estabelecimento da instituição quanto a sua jornada de trabalho, salário, controle das atividades e produtividade. As exigências postas pelos empregadores conformam a delimitação da função do assistente social mas, por outro lado, estão as necessidades sociais transformadas em demandas dos sujeitos atendidos, em um terreno de relações de poder. Se há uma consideração apenas das exigências institucionais, o trabalho do profissional torna-se alienado. Garantir a “relativa autonomia” é orientar o trabalho de acordo com o projeto profissional. (IAMAMOTO, p. 219, 2011)

²² Informação fornecida por Rosa Prêdes em palestra no Seminário Serviço Social e Educação, organizada pelo CFESS e CRESS/AL, realizada em 5 de junho de 2012 em Maceió

décadas trouxeram um novo perfil de estudantes, pertencentes de classes mais empobrecidas com “necessidades concretas de sobrevivência relacionadas à questão de alimentação, habitação, saúde, transporte, vestuário e outros.” (MOREIRA, 2012)

Muitas ações são traduzidas como programas e projetos nas instituições propondo garantir tais eixos, entretanto o GT Nacional organizado pelo CFESS observou nas sistematizações sobre a inserção dos profissionais nos diferentes espaços empregatícios que não há uma interlocução entre os dois eixos para a continuidade do trabalho, o acesso e a permanência. Ressalta-se a importância da compreensão sobre os encaminhamentos da política pública de educação no contexto neoliberal para localizar a possível efetivação de conceitos propalados como “educação inclusiva” e “democratização do ensino”. As atividades profissionais devem ultrapassar as requisições institucionais de análises socioeconômicas. (CFESS, 2012)

A bibliografia sobre a inserção do profissional de serviço social nestas instituições defende que a escola é um espaço representativo das relações de classe, da cultura política brasileira, das desigualdades de gênero e etnia e das relações de produção e reprodução do trabalho que engendram a questão social. Conforme Yamamoto e Carvalho (1982), a configuração da questão social tem duas faces: produção e reprodução da força de trabalho excedente levando à luta por sobrevivência e o modo de ação da classe dominante sobre as expressões da questão social apoiadas no e pelo Estado. As expressões da questão social, como a violência, tráfico de drogas, acesso à saúde deficitário e até fome (SILVA, 2012) são obstáculos de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. O assistente social se torna um instrumento para possibilitar a discussão dessas temáticas dentro da escola e ampliar a relação pedagógica para além do professor e aluno.

Sendo assim, sua função é requisitada para atuar juntamente com as famílias, os alunos e os profissionais da educação pela sua particularidade de ter as expressões da questão social como objeto de trabalho e o escopo do projeto profissional que defende a universalização dos direitos. Entretanto, apenas a constatação da existência das expressões sociais em uma instituição político estratégica como a unidade escolar não justifica a presença dos profissionais na área, pois pensar soluções é um trabalho conjunto de uma equipe multidisciplinar e não responsabilidade apenas da abordagem do Serviço Social. (ALMEIDA *apud* BOLORINO, 2012)

Sanches e Sarmiento (2012) apontam a ausência de entrosamento das crianças na participação da gestão da escola, principalmente na elaboração do Projeto Político Pedagógico e a importância das assistentes sociais, em parceria com outros profissionais, para a transformação gradativa da escola em um núcleo democrático. O projeto político pedagógico representa a formação da sua identidade pela organização do trabalho da escola nos aspectos da qualidade, gestão democrática e valorização do magistério. (VEIGA, 1995) É espaço que reproduz as relações sociais em sua contradição, abarcar toda a comunidade escolar neste processo de organização implica admitir os conflitos inerentes a uma instituição democrática.

O Projeto Político Pedagógico direciona os projetos pedagógicos elaborados, como a existência dos Conselhos Escolares e o encaminhamento de recursos pela premissa da descentralização financeira e administrativa. Portanto, o modo de criação desta proposta - de forma participativa ou autocrática, com o debate de toda a comunidade escolar ou uma decisão somente dos diretores - colabora para a construção da autonomia da escola. (MOREIRA *apud* SOUZA e YANNOULAS, 2010)

As assistentes sociais então, orientados pelo eixo da gestão democrática, podem cooperar para a discussão as configurações familiares em seus contextos históricos, sociais e culturais para a desconstrução de modelos hegemônicos; poderá engajar, em uma construção coletiva, debates e propostas para o uso dos instrumentos democráticos: conselho escolar, de classe, grêmios estudantis e associações; “participar da abertura dos locais de comunicação entre a escola e demais setores da sociedade, local e global”; (SANCHES e SARMENTO: 73, 2012) desconstruir ideologias dominantes no que concerne à organização das decisões para que não sejam arbitrárias; e buscar tornar a escola um espaço democrático de modo que as pessoas que convivem cotidianamente possam reconhecer os seus direitos e sua identidade de sujeitos históricos. (*ibid*, 2012)

Não se trata, portanto da definição formal de educação, e sim da educação vinculada aos movimentos sociais, comprometida com a construção de espaços democráticos, orientada também pela prática e saberes das organizações populares, a autonomia para transformar e criar as próprias ações e reflexões políticas. (CARVALHO *apud* ALMEIDA e RODRIGUES, 2012). Cada movimento social tem o caráter educativo no sentido de instaurar suas demandas, estruturas em processos de “construção da cidadania político-social”. (GOHN *apud* ALMEIDA e RODRIGUES, 2012) Neste contexto, As assistentes sociais inseridos na educação também resgatam o caráter pedagógico da profissão, como forma de contra-hegemonia aos valores neoliberais postos referentes a educação e exercício da cidadania. (ALMEIDA e RODRIGUES, 2012)

Que sob o discurso ideológico da garantia do acesso a educação escolarizada tem sido o aumento exponencial da abertura à iniciativa privada ou responsabilidade da sociedade civil, como as unidades privadas da Rede Marista. Os incentivos fiscais para

a criação de instituições educacionais, ampliação de programas assistenciais nestes locais, aumento dos cursos à distância, contratação de crédito para financiamento dos estudos e contratação de assessoria para elaboração e avaliação de projetos pedagógicos. Conseqüentemente, neste cenário As assistentes sociais têm sido contratados para atuarem no campo da assistência estudantil e execução de programas e projetos, além de concessão de bolsas, na esfera privada e filantrópica. (CFESS, 2012)

3.2 - Particularidade da Educação privada e filantrópica da Rede Marista

A Rede Marista da Província Centro Norte²³ possui três eixos de atividade: o educacional, o social e o pastoral. O educacional está relacionado às instituições escolares privadas. O núcleo da pastoral são ações de evangelização católica em todas as áreas de atuação, inclusive o educacional e social. O Social compreende oito grandes áreas de serviços, programas e projetos: apoio à educação por meio de gratuidades, apoio à núcleos de solidariedades e ações socioassistenciais, apoio socioeducativo em meio aberto, Centro Marista de Educação e Cidadania, Centros de apoio ao cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, educação de jovens e adultos, fortalecimento da educação pública e medidas de proteção. No DF, as instituições estão contidas nas áreas de “Apoio à educação por meio de gratuidades” e “Fortalecimento da educação pública”.²⁴ Possui como mantenedoras financeiras a

²³ A organização das instituições escolares e administrativas da Rede Marista é por estados brasileiros e são chamadas de “Província”. A Província Centro Norte inclui os estados Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. A pesquisa citará apenas as unidades sociais do estado estudado, Distrito Federal. Disponível em www.marista.edu.br/social Acesso em: 13/09/2012

²⁴ Disponível em: < <http://marista.edu.br/social/>> acesso em: 21/09/2012

União Norte Brasileira de Educação e Cultura (UNBEC) e União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE).

O Distrito Federal tem quatro unidades sociais. O Instituto de Solidariedade, o Instituto de Assistência Social, a escola de Ensino Infantil Centro Marista Circuito Criança e o centro de assistência social Centro Marista Circuito Jovem. No Colégio Marista Champagnat também há um profissional trabalhando, embora não seja uma unidade social. No primeiro instituto citado, IMS há apenas um assistente social responsável enquanto no segundo, IMAS não há profissional de serviço social. Na escola de ensino infantil e Centro Marista Circuito Jovem há uma assistente social em cada unidade.

A escolha pela Rede Marista baseou-se na quantidade de instituições e conseqüentemente de profissionais atuantes. O primeiro contato com a Rede foi através da Gerência Social que me orientou a elaborar um ofício de solicitação de entrada nas unidades sociais para a Superintendência Social da União Brasileira de Educação e Ensino.

O objetivo da pesquisa foi estudar as atribuições privativas, competências e habilidades profissionais desenvolvidas pelas assistentes sociais no sistema educacional, particularmente na rede de instituições privadas vinculada a Rede Marista Província Centro Norte do Distrito Federal. Especificamente, qual a concepção de educação, democracia e do Projeto Ético Político que os profissionais adotam na atenção aos discentes do ensino básico nas diferentes esferas de atuação da Rede Marista nas chamadas unidades sociais de atendimento a população em situação de pobreza.

As Unidades Sociais respondem seus parâmetros de atuação de acordo com as legislações da política pública em que estão inseridas. São duas grandes áreas que convergem na oferta de serviços. O Centro Marista Circuito Criança, que tem a

característica de creche, responde à Política de Educação bem como o Colégio Marista Champagnat sendo registrados na Secretaria de Educação do Distrito Federal. As outras instituições realizam atividades de educação, mas possuem a certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social, respondendo portanto às determinações da LOAS e, coloquialmente denominada, Nova Lei da Filantropia nº 12.101 de 2009.

A garantia do tripé da seguridade social, prevista na CF de 1998, não estabeleceu uma organização para a assistência social. Apenas em 1993 com a LOAS que houve uma tentativa de mudança da ideologia de favor, benemerência, clientelismo a partir de diretrizes e definição de objetivos sobre a Política de assistência além da disposição adequada de quais os benefícios, serviços, programas e projetos, inclusive o financiamento das operações.

Em 2004, após muitas lutas e posicionamentos da sociedade civil organizada nas Conferências de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi implementado com a premissa da descentralização, também prevista na LOAS, e a premissa da gestão participativa entre o poder público e a sociedade civil e os três entes federativos, no âmbito dos serviços de proteção social bem como o financeiro.²⁵ Orientadas por estas premissas há as instâncias de gestão, as instâncias de negociação e pactuação, as instâncias de deliberação e controle social e instâncias de financiamento todas em constante união com as entidades governamentais e não governamentais, dentre elas a UBEE e UNBEC, mantenedoras das unidades sociais Marista.

A Lei 12.101/2009 prevê a certificação como entidade beneficente de assistência social, incluída a isenção fiscal, às pessoas jurídicas de direito privado – ou

²⁵ Informação obtida no Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso em 26/02/2013

seja, cada unidade social deve ter o seu CNPJ – que prestem serviços na área de assistência social, educação e saúde. No caso da educação, a instituição deve aplicar 20% da renda anual revertida em bolsas de estudo à população em situação de pobreza, e o critério adotado para a análise é a quantidade da renda per capita familiar como critério para a integralidade ou parcialidade da bolsa. Na área da assistência social, as entidades são as que atendem e assessoram os usuários bem como atuam na defesa e garantia de direitos, segundo o texto da normativa. Um dos requisitos para a certificação é a inscrição no Conselho de Assistência do município, conforme os princípios da LOAS. Estes incisos ressaltados da normativa impactam diretamente na percepção da necessidade do profissional de Serviço Social nas escolas.

A intersectorialidade da Política de Educação e Política de Assistência Social é um tema bastante amplo e não basta com a análise de marcos legais. Nos aspectos analisados, é preciso ressaltar a formação das parcerias público/privadas que incidem para a seletividade da política de assistência social (BOSCHETTI, 2009), entretanto a nível institucional, os serviços são prestados conjuntamente, pelas especificações da instituição. Cada profissional, de acordo com suas competências, segue os objetivos estabelecidos pela LOAS de proteção à família, à maternidade, à infância e adolescência e velhice e promoção da integração ao mercado de trabalho, para citar alguns. O assistente social apresenta, pela sua formação acadêmica, a capacidade de integrar a comunidade atendida à instituição norteadas pelo ideário e execução da proteção dos direitos, da eliminação de preconceitos e análise da totalidade das situações sociais vividas, compreendendo os aspectos velados para transcendê-los.

Cabe ressaltar que a categoria profissional não é a política social em si, portanto é indispensável uma equipe multidisciplinar para a qualidade do trabalho e uma rede de proteção dos direitos e prestação dos serviços sociais bem estruturada.

Realizamos visita institucional e aplicamos questionário com as assistentes sociais. Embora tenha sido um questionário fechado, a entrevista se desenvolveu de forma espontânea com adição de pontos para além das perguntas. As entrevistas foram individuais e realizadas nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2013 e correspondem, no total, há 2 horas e 20 minutos. Para facilitar a compreensão e manter o sigilo ético da pesquisa, denominarei as entrevistadas como Entrevistada 1, entrevistada 2, entrevistada 3 e entrevistada 4.

As unidades sociais estão localizadas em Regiões Administrativas (RA) diferentes. O Colégio Marista Champagnat fica em Taguatinga e o IMS no Edifício Conic, próximo à Rodoviária do Plano Piloto. O Centro Marista Circuito da Criança e o Centro Circuito Jovem estão na Ceilândia.

Ceilândia tem um histórico de articulação e solidariedade comunitária em razão do processo de constituição do bairro. A RA surgiu de uma campanha governamental chamada Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) que visava eliminar os antigos acampamentos de trabalhadores da construção de Brasília. O bairro foi povoado sem as mínimas condições de habitação como saneamento básico, calçamento e moradia. A partir de associações de moradores, melhorias foram feitas ao longo das décadas. (SOUSA e MACHADO, 1999) Haja vista este processo, as entrevistadas dos dois Centros destacaram as reuniões da rede socioassistencial de atendimento da RA com as lideranças comunitárias.

No que se refere ao perfil dessas profissionais verificamos que a entrada é por processo seletivo, e das quatro unidades sociais, em três as profissionais se formaram

recentemente e estão há menos de seis meses no local, apenas a Entrevistada 3 trabalha há 12 anos como assistente social sendo 1 ano no IMS. Das quatro assistentes sociais entrevistadas, três tem pós-graduação *latu sensu* em áreas diferenciadas. Apenas a Entrevistada 4 não possui o título mas expressou interesse em continuar os estudos. O curso de pós graduação da Entrevistada 1 é na área educacional relacionado à gestão pública, em Planejamento Educacional e Políticas Públicas. Enquanto a Entrevistada 2 está cursando pós-graduação em Justiça, Direitos Humanos e Serviço Social e Entrevistada 3 também tem pós-graduação na área de Direitos Humanos.

Sobre o exercício profissional apresento um quadro com as características de cada instituição e as atividades desenvolvidas pelas profissionais, inclusive as privativas, segundo as entrevistadas.

Quadro 1 – Unidades sociais da Rede Marista e as atribuições privativas, competências e habilidades do Serviço Social, segundo as entrevistadas.

	Características da Instituição	Atribuições privativas	Competências e habilidades
Circuito Criança	Atendimento gratuito do maternal ao 2º ano do ensino Infantil para população em situação de vulnerabilidade.	Visitas domiciliares; apoio sócio-familiar; articulações junto a rede sócio – assistencial; Atendimento familiar; avaliação sócio – econômica com o parecer social.	Não definiu especificamente as competências.
Circuito Jovem	Desenvolvimento de cursos e oficinas de educação, arte e cultura para crianças e adolescentes no contra turno escolar. Certas atividades são abertas para todas as idades. A inscrição nos cursos também passa por uma análise de renda.	Atividades sócio-educacionais subordinada à direção; triagem, atendimento e encaminhamento de crianças e adolescentes e suas famílias; acompanhamento familiar; parecer técnico e análise sócio – econômica para inserção dos participantes nas oficinas e cursos; auxiliar a coordenação no planejamento de atividades e projetos; orientar os educadores sociais na elaboração de atividades sociais de inclusão;	Rever potencialidades e grau de interesse nos cursos e oficinas; participar das discussões da política de atendimento e direitos da criança e adolescente no DF

		supervisão de estágio; visita domiciliar (em alguns casos);	
Instituto Marista Solidariedade	Assessoramento e defesa de direitos com os usuários dos empreendimentos de Economia Solidária, na perspectiva da Política de Assistência Social em âmbito nacional, em parceria com o Governo Federal e os estaduais.	Assessoria com as famílias nos assentamentos da economia solidária na área do serviço Social; acompanhamento social dos usuários advindos dos cursos de capacitação, dos assentamentos; acionamento e ampliação da rede sócio assistencial; análise de conjuntura das comunidades atendidas para adicionar no trabalho multidisciplinar de assessoramento.	Participação nos espaços de controle social (CONANDA, CDCA, CAS/DF ²⁶).
Colégio Marista Champagnat	Colégio particular com concessão de bolsas a estudantes em situação de vulnerabilidade.	Estudo de caso e acompanhamento em conjunto com a orientação pedagógica; processo Seletivo de Bolsas com parecer social; arrecadação e doação de livros e uniformes para bolsistas; acompanhamento dos estudantes atendidos; visita domiciliar; Organizar e manter atualizados arquivos de acompanhamento de casos requeridos pela direção da Escola; Organizar e manter atualizado, arquivo com dados individuais dos alunos bolsistas; Elaborar a previsão orçamentária do seu setor, de acordo com as orientações da Superintendência Marista; Elaborar o plano de trabalho do setor do Serviço Social em consonância com o plano curricular proposto pela Direção da Escola; Promover a intersectorialidade entre a escola e os equipamentos sociais da região, de forma a proporcionar que os alunos tenham acesso a esses espaços; Participação em Reuniões de Pais e Reuniões do Conselho de Classe; Acompanhar, monitorar e avaliar os projetos extraclasses; Produzir relatórios e planos	Não definiu especificamente as competências.

²⁶ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Defesa das Crianças e Adolescentes, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

		<p>quantitativos e qualitativos; Apoiar a Unidade na Captação de Recursos; Planejar e coordenar, junto com a equipe pedagógica as reuniões de pais, alunos e comunidade educativa em geral; Participar, opinar e votar no Conselho de Classe; Criar condições para a integração de todas as áreas da Escola, buscando desenvolver ações que consolidem a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. Diagnosticar os problemas que interferem no processo ensino-aprendizagem em conjunto com demais equipes pedagógicas da Escola; Analisar e examinar as causas do insucesso do educando, apresentando propostas alternativas capazes de solucionar o problema; Incentivar o bom relacionamento entre educadores e educandos, oportunizando espaços para solicitações mútuas; Participar das reuniões do conselho de assistência da Criança e do Adolescente e demais espaços de controle social e incidência política local e regional.</p>	
--	--	--	--

Fonte: Pesquisa direta realizada com As assistentes sociais da rede Marista, 2013.

Há uma incompreensão da diferença entre atribuição privativa e competência profissional por parte das assistentes sociais entrevistadas. Pelas falas percebe-se uma descrição de todas as atividades feitas dentro da instituição. A entrevistada 3 destacou diversas vezes o trabalho da equipe como aliado para a análise das situações sociais vividas pelos usuários, portanto percebe com mais clareza a função do Serviço Social e os trabalhos realizados em comum e os específicos. A entrevistada 2 também define com maior clareza pela necessidade de delimitação do espaço do Serviço Social na instituição.

As atribuições privativas do assistente social referem-se as atividades exercidas somente pelo Serviço Social e as competências são “a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função.” De acordo com os parâmetros legais, é de exclusividade do Serviço Social as tarefas concernentes à matéria, área e unidade do Serviço Social. A matéria significa assunto em que particularmente exerce um profissional; a área designa o âmbito de atuação do assistente social e a unidade não se refere unicamente à função prevista pelo órgão, e sim o conjunto de profissionais que atuam para o mesmo fim, inscritos em uma instituição empregadora. (IAMAMOTO, p. 39, 2012)

A entrevistada 3 destacou a premissa da autonomia que rege o trabalho com as famílias atendidas. A importância da equipe multidisciplinar para a concretização dos trabalhos em uma ação conjunta, cada qual com sua “visão técnica” [sig] foi uma de suas colocações. Sua equipe dentro do IMS é composta por profissionais de diferentes ramos como agronegócio, turismo, sociologia com ênfase em economia solidária, administração e projetos sociais com defesa dos direitos humanos. O Serviço Social identifica-se especificamente com todas as matérias específicas da sua formação, “a adição do olhar social, da visão social para a assessoria técnica conjunta” [sig] para a elaboração e planejamento das atividades do instituto como cursos de capacitação, tardes de palestras sobre temáticas de promoção dos direitos e percepção de demandas e acompanhamento social dos usuários atendidos. Os cursos de capacitação são elaborados na perspectiva da educação popular, e são feitos para “lideranças” [sig] dos movimentos populares dos assentamentos, das comunidades em que direcionam os

trabalhos de Economia Solidária, também em âmbito nacional, extrapolando os estados que compreendem a Província Centro Norte.

A entrevistada 4 insere-se em uma realidade de Serviço Social Escolar, pois as demandas postas para a profissional são de acesso de estudantes em situação de pobreza, posto que a instituição define como critério de elegibilidade para o Processo Seletivo de Bolsas a renda, o número de crianças e adolescentes na família e condições de saúde como deficiência e doenças graves. Também compreende o acompanhamento social destes estudantes nos casos de violência sexual, negligência, saúde debilitada, dificuldades de aprendizado e comportamento ruim. Além do trabalho com a equipe pedagógica na sensibilização sobre as vivências dos estudantes e estratégias conjuntas para a superação.

Em todas as colocações sobre o cotidiano profissional é perceptível os quatro eixos salientados por Almeida (2000), o acesso, a permanência, a gestão democrática e a qualidade da educação. O acesso e a permanência são linhas de atuação da Entrevistada 1 e Entrevistada 4, principalmente, pois trata-se de um estabelecimento de ensino infantil e ensino básico, com infraestrutura e atendimento em condições próximas da realidade das escolas privadas, mas com as condicionalidades de ingresso discutidas no ponto anterior.

A entrevistada 3 realiza variadas atividades norteadas pelo eixo da Gestão Democrática, segundo nosso entendimento. Suas ações são de articulação da comunidade atendida da Economia Solidária para fortalecimento desta como um movimento social para a “autonomia e geração do próprio sustento, ação aos bens e serviços públicos e materiais para o bem-estar.” [sig] O trabalho também compreende o atendimento da comunidade no acompanhamento das demandas de pobreza como

violência sexual, violência contra a mulher e habitação. A ocupação dos Conselhos de Direitos, já citados no quadro acima, são uma forma de participação da assistente social juntamente com o IMS na representação das ações implementadas pela equipe, na área de defesa e promoção dos direitos humanos.

No quesito relato das dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas, a impossibilidade de atender toda a demanda e reconhecimento profissional dentro da instituição são questões cotidianas.

O que se põe a frente é o pedagógico, e nós assistentes sociais temos essa dificuldade de mostrar o que é o Serviço Social dentro de uma instituição escolar. Esquecem que o papel do Serviço Social dentro da escola é de grande valia, a gente fica um pouquinho como escondida. A gente tem que pôr a cara, digamos assim, para ver se alguém enxerga o Serviço Social dentro da instituição. Até mesmo pelo fato das políticas públicas de educação, a gente vê os desafios inúmeros porque, assim, a política pública para educação está meio escassa, uma política defasada. Talvez este seja o ponto do Serviço Social, mostrar essa política pública dentro da educação. [...] São muitos desafios, atender a demanda toda é um deles. Atualmente são 108 famílias atendidas e apenas eu para lidar com as demandas. Além disso, realizar as visitas é um pouco difícil pois tem apenas um carro na instituição. (Entrevistada 1)

A gente não ocupou de fato nosso espaço na educação. Tomara que tenha, pois faz muita diferença. Acredito que o tempo para atender toda a demanda. As 30 horas foi uma conquista importante, mas eles desejam que você realize o que antes era em 40 horas neste tempo. Relação de autonomia: acho que empresa privada nenhuma conseguiremos uma autonomia completa, com relação ao seu trabalho. O meu tempo... Por exemplo, o questionário de análise sócio econômica, eu gostaria de mudar

“N” coisas nele. Tem coisas extremamente desatualizadas, coisas desnecessárias, mas eu preciso trabalhar com aquilo que eu tenho. Como eu tenho relatório que eu posso escrever eu acabo colocando nele aquilo que eu modificaria. Conquistar o nosso espaço aqui dentro, de dizer o porquê que a gente está aqui. Precisa ser uma assistente social para fazer, por que se você não segurar bem o que o Serviço Social faz aqui, daqui a pouco colocarão outra pessoa, sem necessidade de pagar ensino superior. Sem contar a correlação de forças, né, que sempre existe. (Entrevistada 2)

A minha dificuldade é a falta de conhecimento de professores funcionários e do próprio colégio de não saber o que faz um Assistente Social ao encaminhar demandas querendo imediata solução ou de achar que o Serviço Social só atende bolsistas, por isso coloco qual a importância da profissão nas reuniões de pais, na reunião da Coordenação. (Entrevistada 4)

Como trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho através dos seus conhecimentos e habilidades profissionais mas a forma de execução do trabalho é condicionada pela instituição empregadora. São estas que definem a jornada de trabalho, as demandas postas, a equipe profissional, a intensidade e as metas de produtividade. (RAICHELIS, 2011)

Para a superação destas dificuldades, a Entrevistada 2 procura exceder as funções delimitadas pela instituição para o Serviço Social, através do que define como um acolhimento e triagem qualificado, com a escuta e orientação dos usuários para além do campo da assistência social e, como por exemplo, informações fornecidas sobre previdência social. A pesquisa sobre a comunidade atendida torna-se um aliado para

superar as dificuldades, pois através do conhecimento de suas idiossincrasias, necessidades reais para a elaboração dos cursos e oficinas, o Serviço Social, em sua definição, consegue delimitar o seu espaço. A entrevistada 1 acredita que atender o máximo da demanda colocada é sua estratégia para superar as dificuldades. A entrevistada 4 coloca as reuniões de pais e professores como o local de colocar a importância do Serviço Social.

As categorias chave analisadas são a democracia, a concepção de educação e sua relação com o Serviço Social e as possibilidades de resposta às expressões da questão social. A categoria democracia não apresentou homogeneidade de definição, pois a amostra é bastante reduzida para um estudo mais acurado.

É um conceito muito lindo, mas que na prática... Acho que na prática ainda temos que idealizar nossas opiniões, nossa liberdade de ser cidadãos e acima de tudo lutar por uma política melhor. (Entrevistada 1)

É um conceito enorme, dá para escrever um livro gigante sobre democracia. Mas aqui na minha prática, aqui dentro da instituição é escutar os usuários, essa questão da contrapartida, de ter uma democracia. Se estamos aqui para atendê-los eu preciso escutar o que eles querem. Trazer eles para dentro da instituição, no momento de montar o plano. Porque para elaborar um plano eu preciso escutá-los, como eu vou elaborar um plano do que eu acho que precisa para a comunidade? (Entrevistada 2)

Para mim é a garantia de autonomia das comunidades que atendo pela garantia dos direitos. É o diálogo com a comunidade pelos espaços de discussão, de trabalho com eles. É um trabalho do Serviço Social, articulado com os conselhos, a autonomia e geração do próprio sustento

dessa comunidade, ação aos bens e serviços públicos e materiais para o bem-estar. (Entrevistada 3)

Para mim é a tomada decisões em conjunto em busca de um bem comum. (Entrevistada 4)

Percebe-se uma noção de construção coletiva em todos os depoimentos, embora com enfoques diferentes. A compreensão de democracia no Projeto profissional advém de construções teóricas como as de Netto (1990) e Coutinho (1986). Eles destacam a construção coletiva, mas derivada da ampliação do convívio pelos espaços de trabalho e a definição de objetivos comuns, mas pela identidade construída de classe social. Os autores apontam a limitação do exercício democrático pelas condicionantes liberais como as normas jurídicas, entendidas como mecanismos de controle da ordem social a fim de manter a acumulação privada de capital. O entendimento da democracia nos seus aspectos contraditórios como a participação política condicionada pelos limites liberais de favorecimento de uma elite não foi destacado, apesar de contribuir para a compreensão do acesso à direitos como está posto hoje.

A relação do Serviço Social e educação é tratada como uma área de atuação ainda recente mas de primordial importância para a viabilização de direitos além do acesso à educação.

O Serviço Social ainda não conseguiu mostrar sua identidade dentro das instituições escolares, mas acho que estamos caminhando para essa conquista, pois nas escolas ainda o que predomina é o pedagógico. (Entrevistada 1)

Começando agora, é muito recente. É a questão mais nova que se tem discutido, o serviço social na saúde, na assistência social e na previdência se discute. Ainda assim acho que o Serviço Social na previdência ainda

não ocupamos nosso espaço. Não sei se porque achamos que é difícil... Eu particularmente acho a legislação da previdência é muito complexa. Fora a previdência, a educação está em foco com essa lei de colocar um assistente social por escola. Precisamos ocupar o nosso espaço e descobrir o que de fato fazemos na educação. A gente ainda tem pouco material escrito, as pessoas ainda não sabem o que fazer e o que não fazer. Então é o momento de escrever sobre, a gente toma o lugar quando a gente escreve. Se a gente atua e escreve contribui, porque o próximo que chegar não será do zero. (Entrevistada 2)

Eu acho que educação é assistência social. Eu preciso de um olhar social dentro da escola. Por exemplo, a violência, bullying. Qual seria o meu papel de assistente social com relação ao bullying? O olhar do assistente social pode trabalhar, seja com palestra, o que for; eu posso ver aquele menino que está fazendo bullying descobrir questões familiares, o porquê ele faz isso. O menino que sofre o bullying, a sala de aula e a escola como um todo. Eu posso ver todos esses e tentar trabalhar todos estes aspectos. Essa é uma questão social, não dá para dissociar a educação desta violência, sexualidade, questões de afetividade. Não tem como eu falar “isso é o social, isso é o educacional”, tá tudo junto. O prejudicado é o aluno, a família desse aluno se eu separo. (Entrevistada 3)

Importantíssima, pois como um estudante que teve seus direitos violados terá acesso integral à educação? O Serviço Social estando frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento. (Entrevistada 4)

As entrevistadas destacam a importância da garantia da inserção do profissional de Serviço Social nos espaços educacionais. Destacaram a parca produção bibliográfica acerca do tema por necessidade de compreensão da realidade que se trabalha, da conformação da educação inserida em um contexto capitalista de contradições influencia na escolha de estratégias profissionais.

Sobre a escolha dos caminhos profissionais para dar resposta às expressões da questão social percebe-se uma articulação com a rede socioassistencial de atendimento para garantia de direitos e a equipe de trabalho. Nos depoimentos das entrevistadas 1 e 4, houve uma dificuldade de apreensão do conceito “expressões da questão social”, embora tenha sido esclarecido como as estratégias cotidianas de atendimento às demandas.

Muitos desafios, com ressalva que os profissionais vem tentando mostrar para que veio, sendo um entre vários. Tentando buscar soluções através de projetos e formação continuada. (Entrevistada 1)

Quando eu consigo fazer um planejamento do meu trabalho, fazendo pesquisa eu consigo ver até onde eu posso ir. Eu vejo que aqui no trabalho, por exemplo, eu vejo que tenho a possibilidade de melhorar a rede assistencial de atendimento. Do mesmo jeito que eles se encaminham para cá, eu posso estar encaminhando eles. É esse retorno, da gente ter um diálogo, para que possa existir uma rede... Não para encaminhar só para encaminhar, se não o assistente social vira um profissional do encaminhamento, né. Só delega para os outros, não traz a responsabilidade para você. Esta é uma possibilidade a curto prazo, não dá para pensar isso daqui a três anos. Eu preciso de uma rede, eu preciso dela agora. O nosso público é a Ceilândia, então preciso garantir manter contato com estes órgãos de direitos da criança e adolescente daqui.

Idosos também, porque eu recebo a família inteira. Nos cursos de informática também recebo idosos, então eu preciso destes espaços como de garantia de direitos mesmo. (Entrevistada 2)

Estar no dia a dia com o povo, com o pé no chão é o que faz a diferença. Aqui tem grupo que é organizado, mas tem outros que não, então tem que ir lá, ajudar na organização. Não dá para ficar aqui e não saber o que tem que fazer. Tem um grupo que estou trabalhando agora que está característico de violência contra a mulher. Já estamos pensando o que iremos trabalhar com essas mulheres, a questão da auto estima, a questão do acesso às políticas para mulheres. Como você aborda um assunto desses? Nós vamos ter que criar condições, criar ambiente. Eu pedi para participar lá... O meu objetivo é esse, mas no primeiro momento eu vou me aproximar dessas mulheres, preciso que elas confiem em mim. Então o Serviço Social é quem vai poder estar mediando isso. Não só ele, mas eu conto com a equipe. (Entrevistada 3)

O Serviço Social é uma profissão que agrega às instituições de atendimento aos usuários das políticas sociais com uma análise dos fatores culturais, econômicos e sociais das situações vividas por estes. A pesquisa sobre a realidade de intervenção é primordial para a coleta dessas informações. A vinculação de estratégias profissionais à rede socioassistencial evidencia a necessidade de fortalecimento de ações que amplie o atendimento público, gratuito e eficiente para a população. Destaco ainda que a inserção nas escolas, nos trabalhos de assistência social com o enfoque da educação, devem ser por meio de equipes multidisciplinares, a fim de garantir a adição de outras perspectivas profissionais para soluções das demandas.

3.3 – Atribuições, competências e habilidades profissionais: caminhos do Serviço Social na Educação

A política educacional abrange diversas áreas de atuação profissional e pesquisa não relacionadas apenas à escola como assessoria para Secretaria de Educação, assistência estudantil em Universidades e Institutos Federais e articulação com os movimentos sociais dentro e fora dos controles democráticos, dentro do eixo da Educação Popular. A bibliografia sobre a temática é pequena embora atualmente haja uma articulação dos Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social para incitar a pesquisa e debate devido o grande número de profissionais já atuantes na área.

Ao realizar revisão de literatura para o presente estudo, a maior parte da relação educação e serviço social é no quesito precarização da formação profissional no marco neoliberal de expansão dos cursos EAD e programas governamentais como REUINI; ou função social da profissão relacionado à política educacional, como nos estudos de Larissa Dahmer Pereira e Kátia Regina Lima. A literatura sobre a atuação profissional na Política Educacional ainda é reduzida, seja no nível básico, superior, educação de jovens e adultos ou educação popular. Todavia a produção de livros sobre a temática aumentou a partir de 2012. O Conselho Federal organizou um Grupo de Trabalho para a sistematização das informações acerca dos profissionais já atuantes e publicou um documento a partir da pesquisa e contribuições do Seminário Nacional de Serviço Social e Educação realizado em Maceió, Alagoas.

O Conjunto CFESS/CRESS tem atuado de forma contundente sobre os encaminhamentos do projeto de lei. É um ganho para a categoria profissional por ser uma garantia legal para a inserção profissional na política educacional. Entretanto,

como a responsabilidade orçamentária pelo ensino básico cabe aos municípios, a realocação de profissionais de serviço social advindos de outras secretarias, tendo em vista a quantidade pequena de recursos para contratação de novos, pode precarizar a prestação de um serviço cujo objetivo era a qualificação da educação. (SILVA, 2012)

Foi dado um parecer em 2009 sobre o projeto definindo que ficará a critério de cada município a contratação dos profissionais em razão dos recursos financeiros limitados para a educação.

No primeiro parecer, 298/2009 evidencia o primeiro problema sobre a regulamentação da profissão em âmbito federal, o financiamento para a manutenção dos recursos humanos e qual política se torna responsável pela gestão do pessoal. A ideia apresentada neste documento é que os psicólogos contratados sejam provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e As assistentes sociais vinculados aos órgãos de assistência social ou saúde. Apesar de reconhecer no documento a importância dos dois profissionais atuando diretamente com os alunos, declara o orçamento reduzido dos municípios e uma oneração para as Secretarias de Educação deste ente federado, por isso acrescenta o termo “preferencialmente” garantindo o atendimento, mas com os profissionais já existentes nos quadros dos órgãos de saúde e assistência social. (*ibid*, 2012)

Em dezembro de 2012 ocorreu a audiência pública sobre este projeto na Câmara dos Deputados, sob a responsabilidade da Comissão de Educação e Cultura. Após as lideranças dos dois seguimentos profissionais, Psicologia e Serviço Social, se posicionarem sobre a importância e já existente atuação no âmbito escolar, foi indagado pelos deputados presentes o financiamento de outro profissional no âmbito escolar. As categorias profissionais lembraram o Plano Nacional da Educação aprovado em

período recente que prevê a aplicação de 10% do PIB na educação além de possuir como uma das metas aumentar as estratégias de acompanhamento e monitoramento do acesso, permanência e percurso escolar dos beneficiários dos programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação e violência nas escolas prevendo estabelecer condições de qualidade no processo de ensino e aprendizado.

Esta é uma meta que estaria prevista o acompanhamento do Serviço Social em equipe multidisciplinar, entretanto destaco novamente a intersetorialidade da política de assistência social e educacional presente na atuação das assistentes sociais, mas como focalização da atuação profissional ao restringir o atendimento prioritariamente aos beneficiários dos programas de transferência de renda e não a todos os estudantes. É uma resposta fragmentada e impedimento da constituição da educação como direito universal.

As estratégias para o exercício profissional na área educacional devem estar afinadas com a compreensão da vinculação entre o campo educacional e o social para não reforçar uma análise fragmentada da realidade. Os marcos legais do Serviço Social regulamentam os direitos e deveres da categoria profissional e expressam a defesa de autonomia tendo em vista a delimitação de princípios éticos, competências e atribuições, além da representação legítima no Estado de Direito que estamos inseridos. São diretrizes que incorporam nos valores defendidos no Projeto Ético Político e resgatam uma “dupla dimensão”: as condições históricas e sociais, em um contexto de modo de produção de apropriação privada, que determinam os limites e possibilidades e de outro lado, as indicações sócio-históricas, ético-políticas e técnicas das assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2011)

A respeito da política de assistência social, Iamamoto (2011) acrescenta a interpretação de Yasbeck (1993) sobre a conformação desta como representação das lutas e demandas postas pelas classes sociais subalternas e uma resposta estatal ao enfrentamento da questão social – é a definição do caráter contraditório de todas as políticas sociais. A assistência tem a particularidade de, historicamente, ter se colocado como enfrentamento à pobreza e privilegiou o atendimento destes. Dessa forma, o assistente social é visto como “uma intervenção mediadora na relação do Estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade” (YASBECK *apud* IAMAMOTO, p. 304, 2011) em uma função reguladora do Estado.

A interdependência e relação desta área com a Educação evidencia-se nos órgãos de parceria público/privada em que a requisição de profissionais está voltada para a seleção de estudantes bolsistas, mas também como assessoria – previsto no Plano Nacional de Assistência Social - nas instituições de diversos propósitos, bem como as educacionais.

A defesa por uma educação emancipada se torna essencial como norteamento das estratégias e caminhos profissionais, sendo compreendida como o trabalho com as potencialidades dos estudantes na sua característica de sujeitos históricos, e inseridos em uma realidade de conflitos sociais, mas com vislumbres de uma organização social estabelecida por parâmetros de liberdade, justiça social e democracia (BARROCO e TERRA *apud* CFESS, 2012) distintos das concepções liberais vigentes.

Posto que haja questões a serem trabalhadas na garantia da qualidade da educação através do acesso e permanência e a interlocução com o exercício profissional, a possibilidade de viabilizar direitos através da educação escolarizada, seja do ensino infantil ao superior, contribui para a formação de sujeitos mais informados sobre os seus

direitos, se reconhecendo como parte integrante de processo de socialização em um caminho para a autonomia, embora em uma realidade social de determinantes. (CFESS, 2012) A escola deve ser uma instituição democrática de compartilhamento de informações para a construção da identidade enquanto sujeitos coletivos.

CONCLUSÕES

Com o presente estudo conclui-se que as modificações neoliberais da política educacional impactam na concepção de educação, e conseqüentemente na relação com o Serviço Social. Os valores liberais de individualismo, competitividade e meritocracia estão impressos na educação impedindo a realização desta como direito universal. A vinculação do liberalismo com a existência do “Estado de Direito” limita as possibilidades de formulação de normativas que transcendam esta realidade e a realização da democracia pela participação efetiva das massas.

A teoria do capital humano, de preparação pela educação de trabalhadores atencientes aos interesses do capital e que viabilize o desenvolvimento econômico nacional, é uma análise ainda pertinente ao resgatar a conformação da política educacional brasileira obediente aos ditames dos organismos internacionais. Questiona-se qual o nível de participação da população nas decisões públicas por meio do exercício democrático, nos moldes da democracia representativa, em Conselhos de direito e Conferências das políticas públicas. Sem uma perspectiva derrotista sobre as relações sociais e políticas, mas apenas como um apontamento dos limites que se fazem para a atuação profissional, outrossim, as soluções que se apresentam.

A principal defesa do projeto profissional do Serviço Social é pela liberdade e autonomia dos usuários, e a concretização destes valores é pela modificação dos paradigmas de mercantilização dos direitos. Embora as instituições, sejam as democráticas ou de ensino, estejam orientadas por este viés as soluções encontram-se na ocupação dos espaços democráticos e acesso às escolas. O campo do debate da educação está permeado pelo processo de contradições e potencialmente, quando voltado a uma formação humanista, pode potencializar as camadas populares por meio da apropriação do conhecimento e informação para a percepção da sua identidade como sujeitos históricos, e a conseqüente participação democrática dentro das instituições existentes de forma consciente e crítica, e não reigente e combativa ao ordenamento vigente.

Em uma realidade em que impera a ideologia da “democratização” do ensino por meio das iniciativas privadas por vezes de viés religioso, cursos à distância e mudança no caráter pedagógico das escolas, esta percepção tenciona frontalmente o verdadeiro impacto de uma democratização que se dê favorecendo efetivamente as camadas populares. Por outro lado, através de equipes multiprofissionais inseridas no âmbito escolar, em que estejam incluídas as assistentes sociais, é possível articular e trabalhar sob a perspectiva que apreenda os impactos das expressões da questão social no aprendizado. O trabalho do assistente social depende de uma rede sócio-assistencial de atendimento fortalecida que assegure a efetivação de direitos. A partir da garantia dos mínimos pode pensar o exercício democrático como forma de ampliação dos direitos.

A importância do Serviço Social escolar é pela garantia da qualidade da educação, componente composto por variáveis como a garantia do acesso e

permanência dos discentes através da construção de uma educação que abarque o diálogo de questões que perpassam o cotidiano da comunidade escolar.

A partir da pesquisa de campo percebe-se a intersetorialidade entre duas políticas: a educacional e de assistência social. A justificativa para inserção dos profissionais nas redes privadas vincula o trabalho à política de assistência social, entretanto no contexto da política educacional. As instituições privadas com isenção fiscal são regidas pela legislação da política de assistência, mas prestam serviços de atendimento na área de saúde, assistência social e educação. Esta é uma possibilidade de estudos futuros que adicionem à produção bibliográfica sobre a contribuição do Serviço Social nas instituições deste caráter.

Foi observado na pesquisa de campo ações profissionais orientadas para um atendimento dos usuários de qualidade, mas sem a apreensão das condições da política educacional em um contexto neoliberal. Ainda há uma impropriedade sobre alguns conceitos fundantes do projeto ético político, como a democracia. Apenas a utilização dos marcos legais da profissão causa um limite à atuação profissional. As pesquisas e materiais sobre a temática estão aumentando a cada ano, por isso a necessidade da formação continuada para pensar estratégias viáveis e pertinentes às demandas colocadas. Embora os estabelecimentos e o atendimento sejam satisfatórios para a utilização pelas crianças, adolescentes e famílias, as condicionalidades de acesso e impossibilidade de universalização limitam a realização do direito social à educação como bem público.

Uma das funções do Serviço Social é utilizar as intervenções profissionais e pesquisas acadêmicas a fim de articular ações que universalizem e tornem mais igualitárias as ofertas educacionais. É a construção de políticas públicas sociais que

visem à gradativa ampliação dos direitos para, conseqüentemente, transformar bases societárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS; CFESS. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 108, p. 785-802, 2011.

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: Entre Estado, privatização e descentralização. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, 2001.

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação. *Revista Inscrita* nº 6. CFESS. Brasília. 2000.

ALMEIDA N. L. T; RODRIGUES, M. P. O campo da educação na formação profissional do Serviço Social *in* DAHMER, L. P.; ALMEIDA, N. L. T. (orgs.) *Serviço Social e Educação: Coletânea Nova de Serviço Social*, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2012

ARROYO, M. O direito do trabalhador à educação *in* GOMEZ et al, *Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador*, São Paulo: Cortez, 1989.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. 7ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

_____ Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do Projeto Ético Político. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 106, p. 205-218, 2011.

BARROSO, J. Os novos modos de regulação das políticas educativas na Europa: da regulação do sistema a um sistema de regulações. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 39, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social. Fundamentos e história*. Editora Cortez, Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Loas Anotada. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. 2 ed., 2010.

BRASIL. Lei 12.101 de 2009. Nova Lei da Filantropia perguntas e respostas. Brasília, 2011.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986

_____ Liberalismo e democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOLORINO, E. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético Político in SILVA, M. M. J. (org.) Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. São Paulo: Papel Social, 2012.

_____ Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania. São Paulo: Unifesp, 2012.

BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil *in* Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____ Trabalho, direitos e Projeto Ético Político Profissional. Revista Inscrita nº 11, Brasília: CFESS, 2009.

_____ Trinta anos de Projeto Ético Político Profissional e os desafios das entidades *in* CFESS (org.) 30 anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, Brasília: CFESS, 2012.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal e outros ensaios. Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1984.

_____ Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo, Editora Cortez, 1994.

_____ Notas sobre cidadania e modernidade. *in* Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, 2005.

DEMO, P. Educação Profissional: mito e realidade *in* Revista Ser Social N.5 – Trabalho e Cidadania. Brasília: Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Julho-Dezembro de 1999, p. 123-157.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, 2007.

DURIGUETTO, M. L. Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista. Revista Emancipação, Ponta Grossa, p. 289-300, 2011.

FARIAS, D. Análise de reportagens sobre avaliação externa educacional. Relatório de Prática de pesquisa. Grupo de Pesquisa TeDis, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, setembro de 2012.

FARIAS, D. Comparação entre os resultados das avaliações estaduais e as legislações que dão sustentação às políticas educacionais locais. Relatório de prática de pesquisa. Grupo de Pesquisa TeDis, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, março de 2013.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1974

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real, Editora Cortez, Rio de Janeiro, 1995

_____ Trabalho, conhecimento, consciência e a educação para o trabalhador: impasses teóricos e práticos *in* GOMEZ et al, Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador, São Paulo: Cortez, 1989.

_____ Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, 2011.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social. São Paulo, Editora Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Editora Cortez, 2008

_____ O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 16ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 2009

_____ Questão Social no Capitalismo. In: Revista Temporalis, n.03. Brasília: ABEPSS, 2001.

MOREIRA, C. N. Serviço Social na Educação Básica: Particularidades do trabalho do assistente social no atual cenário carioca *in* DAHMER, L. P.; ALMEIDA, N.L. (orgs.) Serviço Social e Educação: Coletânea Nova de Serviço Social, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2012

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Pp 1-22. 1999

_____ Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 2009

_____ Cinco notas a propósito da questão social. In: Revista Temporalis, n.03. Brasília: ABEPSS, 2001.

NEVES, A. V. Cultura Política e Democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para o trabalho docente. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial, 2005.

PAIVA, O. A F. Os sentidos dos programas de transferência de renda na educação: mediações e contradições no movimento real. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PAURA, S. G. O serviço social na Educação Superior *in* DAHMER, L. P.; ALMEIDA, N.L. (orgs.) *Serviço Social e Educação: Coletânea Nova de Serviço Social*, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2012

SANCHES, M. R. A.; SARMENTO, H. B. M. Assistentes sociais na escola: crianças interlocutoras do debate. *Revista SER SOCIAL*. n. 30. Brasília: UnB, 2012.

SANTOS, J. S. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo, Editora Cortez, 2007

SILVA, M. M. J. O Lugar do Serviço Social na Educação *in* SILVA, M. M. J. (org.) *Serviço Social na Educação: Teoria e Prática*. São Paulo. Editora Papel Social. 2012.

SILVA, T. T. F. Apontamentos sobre Serviço Social e Educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes. *In* SILVA, M. M. J. (org.) *Serviço Social na Educação: Teoria e Prática*. São Paulo. Editora Papel Social. 2012.

SOARES, G. F. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 31-44, 2012.

SOARES, K. S. Pobreza e Educação formal: A relação entre pobreza e política educacional no Distrito Federal. 137 p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Departamento de Serviço Social, UnB, agosto de 2011.

SOARES, K. S.; YANNOULAS, S. Educação e qualificação para o trabalho; convergências e divergências entre as políticas de educação e as de trabalho. *Série Estudos e Ensaios*, Flacso – Brasil, 2009.

SOUSA, N. B. ; MACHADO, M. S. Ceilândia: Mapa da Cidadania. Brasília: UnB/Faculdade de Direito, 1999, v.1, p. 10-35.

SOUZA, C. R. F.; YANNOULAS, S. Democratização da gestão nas escolas públicas brasileiras: a educação como intervenção participativa. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 71-93, 2010.

SOUZA, I. L. Serviço Social na educação: saberes e competências necessários no fazer profissional. 249 p. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Sociais aplicadas, UFRN, 2008.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

TEIXEIRA, J. B. e BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social *in* Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. *in* VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

YASBECK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social *In* Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

INTERNATIONAL POLICY CENTER FOR INCLUSIVE GROWTH.. Quadro sobre a criação do SUAS e Lei Orgânica de Assistência Social. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/5.SNAS_%20AnaLigiaGomes.pdf último acesso em: 22/02/2013

CENSO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DF. Dados da taxa de matrícula do Ensino Fundamental por localização http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/pdf_se/Censo/2011_204_ef_pub_ra.pdf Último acesso em: 22/02/2013

_____. Dados da taxa de matrícula por localização do Ensino Infantil. http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/pdf_se/Censo/2011_103_ei_pub_dre.pdf Último acesso em: 22/02/2013

_____. Dados da taxa de matrícula do Ensino Médio por localização http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/pdf_se/Censo/2011_304_em_pub_ra.pdf Último acesso em: 22/02/2013

PORTAL DA REDE MARISTA PROVÍNCIA CENTRO NORTE <http://marista.edu.br/social/> Último acesso em: 02/10/2012

PORTAL DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO <http://www.fnde.gov.br/> Último acesso em: 26/04/2013

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Prezada Senhora,

Vimos através deste convidá-la a participar da pesquisa intitulada Educação e Serviço Social: A atuação Profissional das assistentes sociais nas Unidades privadas da Rede Marista, de autoria de Danielle Aranha Farias – Matrícula 09/08487 –, graduando em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Adrianyce Angélica de Sousa. Temos como objetivo geral analisar as atribuições privativas e competências profissionais do Serviço Social na Rede Marista visando relacionar a política educacional com o Projeto Ético Político. Sua participação é de fundamental importância para o colhimento de informações e para a problematização da questão dos elementos procedimentais específicos do Serviço Social mobilizados na prática profissional da área educacional.

Para tanto, ressaltamos que a sua participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, caso sinta-se constrangida, a senhora poderá interromper o andamento da entrevista. Se nos permitir, o gravador será utilizado durante a realização da entrevista, para posterior análise de dados, com maior fidedignidade das informações colhidas. A preservação de sua identidade será rigorosamente mantida e a discussão da coleta de dados servirá puramente para fins acadêmicos. Ao final da análise de dados, todas as anotações e gravações referentes à entrevista serão destruídas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados à professora orientadora e à banca examinadora deste estudante pesquisador. Poderão ser submetidos à participante, caso seja de sua vontade recebê-los através do envio ao seu email pessoal. Quaisquer dúvidas antes, durante ou após a entrevista serão devidamente esclarecidas pelo estudante pesquisador responsável.

Assim, se a senhora aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo:

Declaro ter sido devidamente esclarecida do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar voluntariamente do estudo;

Autorizo a gravação desta entrevista para fins exclusivamente acadêmicos.

Nome/Assinatura: _____ . RG: _____ .

Email: _____ .

Local e data: _____, _____ de _____ de 2013.

Para maiores informações, entrar em contato com o estudante pesquisador responsável por esta pesquisa, Danielle Aranha Farias.

Contatos: (61) 3468 – 1678/ 9119 - 2430. E-mail: danielle_aranha@hotmail.com

Apêndice 2: Carta de apresentação entregue à Superintendência Educacional da UBEE



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

Carta de Apresentação

Brasília, 28 de novembro de 2012.

Apresentamos a V.S^a a aluna **Danielle Aranha Farias** devidamente matriculada no curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília sob o número 09/08487 e orientada pela professora Dra. Adrianyce Angélica S. de Sousa.

O projeto da discente tem como objetivo analisar as atribuições privativas, habilidades e competências desenvolvidas pelos assistentes sociais das unidades sociais da Rede Marista Província Centro – Norte. Para tanto, a aluna solicita autorização para entrada nas escolas e realização de entrevistas com os profissionais de serviço social.

As instituições já foram previamente selecionadas. Trata-se da: **Creche Irmãozinhos de Maria**, localizada na QNN 30, Área Especial, Módulo B, Ceilândia Sul, Fone: 3376.2242, **Instituto Marista de Solidariedade**, localizada na SDS, Bloco F, nº 27, Conj. Baracat, Salas 113, 114 e 115, Asa Sul, CEP: 70392-900, Fone: 3321-4955 CEP: 2302-530, **Instituto Marista de Assistência Social**, localizada na QNN 30, Área Especial, Módulo B, Ceilândia Sul, Fone: 3022.1345 e **Centro Marista Circuito Jovem** localizado na QNN 30, Área Especial, Módulo B, Ceilândia Sul, Fone: 3376.0143 e **Colégio Marista Champagnat** localizado em QSD Área Especial 01, Taguatinga, CEP: 72020-000, Fone: 2191-1522.

As informações obtidas revertem-se de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Cabendo destacar que a coleta de dados resguardará todas as dimensões éticas necessárias. Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Adrianyce Angélica de Sousa

Professora Orientadora da pesquisa

Matrícula FUB: 1037447

À

Superintendência Social da União Brasileira de Educação e Ensino

Apêndice 3: Questionário para entrevista com assistentes sociais

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

1. DADOS GERAIS:

Ano de conclusão da graduação e local/instituição: _____/_____

Ingresso na Instituição empregadora: () concurso; () outra. Especificar:

Tempo de trabalho na Instituição (em anos):

() de 1 a 2 anos

() de 2 a 3 anos

() de 3 a 4 anos

() de 4 a 5 anos

() de 5 a 6 anos

() acima de 6 anos

Carga Horária de Trabalho na Instituição: _____

Faz curso de capacitação? Se sim, especificar:

Faixa salarial, tendo como referência o Salário Mínimo:

() de 1 a 2 SM

() de 2 a 3 SM

() de 3 a 4 SM

() de 4 a 5 SM

() de 5 a 6 SM

() acima de 6 SM

Cursos de Pós-Graduação LATU SENSU: () SIM () NÃO

Se Sim:

Quais?

Se Não:

Por quê?

Curso de Mestrado: () SIM () NÃO

Se Sim, quais?

Se Não, por quê?

Curso de Doutorado: () SIM ()NÃO

Se Sim:

Quais?

Se Não:

Por quê?

2. EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

01 – Quais as atividades desenvolvidas por você?

02 – Quais são as principais demandas postas para o Serviço Social pela instituição?

03 – Quais as dificuldades postas para a realização do seu trabalho na _____?

04 - Quais as ações e as iniciativas desenvolvidas para superar essas dificuldades?

05 – No seu entendimento quais competências e atribuições privativas você desenvolve aqui _____?

06 – Seu processo de formação possibilitou que você compreendesse seu atual espaço de atuação profissional?

SIM ()

NÃO ()

Por quê?

07 – Quais as possibilidades que você verifica para o exercício profissional que possibilitem dar respostas às expressões da questão social?

08 – Para você, o que é democracia?

09 – Como você analisa a relação da educação com Serviço Social?

10 - Tendo em vista o seu cotidiano profissional, quais as propostas frente à democratização do ensino?

Data da entrevista: ____/____/ 20____

Nome do Pesquisador: Danielle Aranha